



EDITAL DE LICITAÇÃO - UASG 987791			
Pregão Eletrônico Nº 90002/2025		Data da sessão de abertura: 21/01/2025 às 08h30min	
Processo Nº 003/2025	Sistema de Registro de Preços? <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	Editais Exclusivos ME/EPP? <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	Reserva de cota ME/EPP? <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não
Valor Máximo: R\$ 514.204,10 (quinhentos e quatorze mil e duzentos e quatro reais e dez centavos).			
Modo de disputa: Aberto e fechado		Vistoria? <input type="checkbox"/> Obrigatória <input type="checkbox"/> Facultativa <input checked="" type="checkbox"/> Não se aplica	Amostra/ Demonstração? <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não
Tipo de Licitação: Menor preço por ITEM			
QUESTIONAMENTOS, ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES		Link Protocolo: https://prudentopolisprscp.equipiano.com.br:5028/tramitacaoProcesso/#/abertura-processo/entidade/28	
O pregão será realizado por meio do endereço: www.comprasnet.gov.br O edital está disponível na internet, nas páginas do Portal Nacional de Contratações Públicas https://pncp.gov.br/ , https://prudentopolispr.equipiano.com.br:7443/transparencia/licitacoes			

01. PREÂMBULO

1.1. O MUNICÍPIO DE PRUDENTÓPOLIS torna público para conhecimento dos interessados que, de acordo com a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e demais legislação aplicável, Decreto Estadual nº 10086 de 17 de janeiro de 2022, Instrução Normativa SEGES/ME73/2022, Decreto Federal nº 11.462, de 31 de março de 2023 referente ao Sistema de Registro de Preço, Lei 12.846/2013, Código de Defesa do Consumidor, Decreto nº 10.024 de 20 de setembro de 2019 encontra-se aberta a licitação sob a modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO - tipo MENOR PREÇO POR ITEM**, e que, **às 08:30hrs, do dia 21 de janeiro de 2025** no site www.comprasgovernamentais.gov.br, dará abertura ao Pregão Eletrônico, conforme quantidades e especificações constantes no Anexo I - Termo de Referência, autorizada pelo Processo Protocolo nº 8186/2024.



1.2. O Edital e demais Anexos poderão ser obtidos através da Internet pelos endereços eletrônicos: www.comprasgovernamentais.gov.br e/ou e-mail licitaprude@prudentopolis.pr.gov.br.

1.3. Em caso de discordância existente entre as especificações dos objetos descritos no site Compras Governamentais e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as especificações do Edital.

1.4. A sessão será conduzida pela PREGOEIRA: **Caroline LFS Portela** e equipe de apoio, conforme designação através do Decreto Municipal nº 113 publicado no Diário Oficial do Município, edição nº 2511 do dia de 03 de março de 2023.

1.5. O presente Edital foi elaborado pela servidora Andriele S. Lupepsa, lotada no Departamento de Licitações.

02. DO OBJETO E VALOR MÁXIMO

2.1. A presente licitação tem por objeto o registro de preço para aquisição de gêneros alimentícios perecíveis e não perecíveis, conforme especificações no Anexo I – Termo de Referência.

2.2. Valor Máximo aceitável: R\$ 514.204,10 (quinhentos e quatorze mil e duzentos e quatro reais e dez centavos).

2.3. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

03. DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

04. DA PARTICIPAÇÃO

4.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

4.2. O recebimento das propostas, abertura e disputa de preços, será exclusivamente por meio eletrônico, no endereço www.comprasgovernamentais.gov.br.

4.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da



licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

I. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4.5. Para todos os itens a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

4.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

4.7. Não poderão disputar esta licitação:

4.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.7.2. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

4.7.3. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

4.7.4. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

4.7.5. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

4.7.6. agente público do órgão ou entidade licitante;

4.7.7. não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a



matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

4.8. O impedimento de que trata o item 4.7.2 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

4.9. A vedação de que trata o item 4.7.6 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

05. DAS IMPUGNAÇÕES E ESCLARECIMENTOS

5.1. Qualquer pessoa é parte legítima para pedir esclarecimento ou impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até **3 (três) dias úteis** antes da data da abertura do certame, exclusivamente através do Link: <https://prudentopolisprscp.equiplano.com.br:5028/tramitacaoProcesso/#!/abertura-processo/entidade/28>>, no caso de indisponibilidade do Link poderá ser encaminhada via e-mail: licitaprude@prudentopolis.pr.gov.br, sendo que caso enviado por e-mail deverá ser confirmado via telefone: 0800 808 0130 Ramal 8012.

5.2. Decairá do direito aquele que não o fizer até 03 (três) dias úteis antes da data de abertura da sessão do Pregão.

5.3. A Pregoeira, com base em parecer ou auxílio dos setores responsáveis pela elaboração do Termo de Referência e seus Anexos, quando necessário, bem como de outros setores técnicos do município, decidirá sobre a resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, conforme o Art 164 § único da Lei 14133/2021.

5.4. As respostas a todos os questionamentos e impugnações (dúvidas ou esclarecimentos) serão disponibilizadas no site oficial do município, no link da referida licitação.

5.5. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

5.5.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação

5.6. Acolhida a impugnação, realizada alteração, será designada nova data para a realização do certame.

5.7. A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus anexos, em especial no Termo de Referência e na minuta de termo de Ata de RP.



06. DA PROPOSTA DE PREÇOS E HABILITAÇÃO

6.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

6.2. A licitante deverá encaminhar proposta, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, até a data e horário marcado para abertura da sessão pública.

6.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

6.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

6.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

6.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

6.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

6.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

6.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

6.5.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

6.5.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

6.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 6.3 ou 6.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei



nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

6.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

6.9. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação dos licitantes somente serão disponibilizados para avaliação da Pregoeira e para acesso público após o encerramento do envio dos lances.

6.10. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

6.11. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

07. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

7.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

7.1.1. dados essenciais da proponente, como CNPJ, endereço, telefone e e-mail.

7.1.2. preços unitários e totais, em moeda corrente nacional, em algarismo e por extenso.

7.1.3. Marca;

7.1.4. prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data estipulada para a abertura do presente certame.

7.1.5. o preço proposto deverá ser expresso em moeda corrente nacional (Real), com apenas duas casas decimais (0,00) após a vírgula.

7.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

7.2.1. O licitante **NÃO** poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

7.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.



7.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.5. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

7.6. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos, quando participarem de licitações públicas.

7.7. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

08. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E LANCES

8.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

8.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

8.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

8.4. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante, durante a fase de lances.

8.5. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

8.6. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

8.7. O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pela Pregoeira, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

8.8. A comunicação entre a Pregoeira e os licitantes ocorrerá exclusivamente mediante a troca de mensagens,



em campo próprio do sistema eletrônico.

8.9. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

8.10. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

8.11. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

8.12. O licitante somente poderá oferecer lance de **valor inferior** ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8.13. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,01 (hum centavo).

8.14. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutível.

8.15. O modo de disputa será “aberto e fechado”, onde os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

8.15.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

8.15.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

8.15.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

8.15.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

8.15.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

8.16. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.



8.17. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

8.18. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

8.19. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

8.20. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

8.21. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

8.21.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

8.21.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

8.21.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

8.21.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

8.22. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

8.22.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:



8.22.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

8.22.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

8.22.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

8.22.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

8.22.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

8.22.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado do Paraná;

8.22.2.2. empresas brasileiras;

8.22.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

8.22.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

8.22.3. Permanecendo empate após aplicação de todos os critérios de desempate de que trata os itens, proceder-se-á a sorteio das propostas empatadas a ser realizado em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

8.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

8.23.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

8.23.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.23.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

8.24. Cabe ao proponente acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema, sua desconexão ou por omissão quando chamado à manifestação via “chat”.

8.25. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a **proposta adequada** ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos



documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados

8.25.1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

8.26. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8.27. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão pública será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no horário estabelecido neste Edital, desde que não haja comunicação da Pregoeira em contrário.

8.28. Quando convocado via chat pela pregoeira, cada licitante terá o prazo de 5 (cinco) minutos para resposta, pois o licitante que deixar de responder qualquer convocação/mensagem do Pregoeiro será responsável pelo ônus decorrente da perda de negócio e ficará sujeito a eventuais sanções.

09. DA FASE DO JULGAMENTO

9.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e nos itens do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

9.1.1. SICAF;

9.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

9.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparen>

9.1.4. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

9.2. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

9.2.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

9.2.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

9.2.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de



participação.cia.gov.br/sancoes/cnep).

9.3. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

9.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com as condições estipuladas no presente Edital.

9.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

9.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

9.6.1. conter vícios insanáveis;

9.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

9.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

9.6.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

9.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

9.6.6. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

9.6.7. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

9.6.7.1. *que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e*

9.6.7.2. *inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.*

9.7. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

9.8. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

10. DA FASE DE HABILITAÇÃO

10.1. A verificação da Habilitação somente será feita em relação ao licitante vencedor e será verificada, após a análise e julgamento das Propostas, devendo apresentar os seguintes documentos:



10.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

10.1.1.1. Os documentos abrangidos pelo SICAF são relativos à:

I) *habilitação jurídica;*

II) *regularidade fiscal e trabalhista;*

III) *qualificação Econômica – Financeira;*

IV) *qualificação técnica.*

10.1.1.2. O licitante não cadastrado no SICAF deverá apresentar toda a documentação de habilitação prevista neste edital.

10.1.1.3. Ao licitante inscrito no SICAF, cujos documentos solicitados em Edital encontrem-se vencidos no SICAF ou aos documentos que não se encontrem inseridos no mesmo, deverá apresentar a documentação atualizada à Pregoeira no momento da habilitação.

10.1.1.4. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput). A não observância do disposto poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

10.1.2. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

10.1.3. Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome da licitante e com número do CNPJ e endereço respectivo, observando-se que:

10.1.3.1. se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz; ou;

10.1.3.2. se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial;

10.1.3.3. serão dispensados da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;

10.1.3.4. Portanto não poderá concorrer a matriz em nome da filial e vice-versa, salvo se a documentação de habilitação de ambas esteja regular;

10.1.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

10.1.5. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicafe serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **DUAS HORAS**, prorrogável por igual período, contado da



solicitação do pregoeiro.

10.1.5.1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

10.1.6. Serão exigidos os seguinte documentos:

10.1.6.1. Para comprovação da habilitação jurídica:

- I. Registro comercial, no caso de empresa individual;
- II. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado em se tratando de sociedades comerciais, e acompanhado, no caso de sociedades por ações, dos documentos de eleição de seus administradores;
- III. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova da diretoria em exercício;
- IV. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país;
- V. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

OBSERVAÇÕES:

- Em caso de alteração parcial dos documentos acima identificados, esta deverá ser apresentada juntamente com o ato constitutivo, estatuto ou contrato social;
- Em caso de alteração consolidada será suficiente sua apresentação, desde que registrada e contendo todas as cláusulas legalmente exigidas;
- Em caso de alteração parcial registrada após alteração consolidada, ambas deverão ser apresentadas pelo licitante.

10.1.6.2. Para comprovação da regularidade fiscal e trabalhista:

- I. Prova de inscrição no cadastro de contribuinte municipal, ou estadual, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado;
- II. Prova de regularidade conjunta, relativa a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pelo Ministério da Fazenda, Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e Secretaria da Receita Federal, do domicílio ou sede do proponente, ou outra equivalente, na forma da Lei, conforme portaria conjunta: RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014;
- III. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, mediante apresentação de certidão de Regularidade Fiscal, expedida pela Secretaria Estadual da Fazenda ou equivalente, do domicílio ou sede do proponente, ou outra equivalente, na forma da Lei;
- IV. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, mediante apresentação de certidão de Regularidade Fiscal, expedida pela Secretaria Municipal de Finanças ou equivalente, do domicílio ou sede do proponente, ou outra equivalente, na forma da Lei;



V. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei;

VI. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa (CNDT), conforme Lei nº 12.440/11 de 07 de julho de 2011.

10.1.6.3. Para comprovação da qualificação econômico-financeira:

I. Certidão negativa falência e/ou recuperação judicial expedida pelo Cartório Distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física;

a) Em caso de empresas em recuperação Judicial, a mesma deve apresentar certidão emitida pela instância judicial competente afirmando que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar do procedimento licitatório;

b) Para as empresas que optarem de participar através de filial, deverá ser apresentada certidão negativa para com o cartório/comarca onde se encontra instalada a filial;

c) Na falta de validade expressa na Certidão Negativa, ter-se-ão como válidos pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias de sua emissão.

10.1.6.4. Comprovação da qualificação técnica

I. A licitante deverá apresentar cópia da Licença Sanitária ou Alvará Sanitário válido, emitido por órgão competente.

10.2. Todos os documentos deverão estar perfeitamente legíveis.

10.3. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

10.4. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

10.5. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

10.5.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

10.5.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas; e

10.5.3. documentos que apenas venham a atestar condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame



10.6. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

10.7. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

10.8. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos.

10.9. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

10.10. Os documentos que não tiverem menção expressa sobre o prazo de validade, somente serão aceitos se emitidos com data não superior a 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data assinalada para a data de abertura do Pregão, exceto casos de legislação específica, devidamente comprovada.

11. DOS RECURSOS

11.1. Declarado o vencedor, a Pregoeira abrirá o prazo de 10 (dez) minutos para cada fase, classificação e habilitação, durante o qual, qualquer licitante poderá, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer.

11.2. A falta de manifestação imediata quanto à intenção de recorrer, importará na decadência desse direito.

11.3. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

11.4. Uma vez aceita a intenção de recurso será concedido o prazo de 03 (três) dias para a apresentação das razões de recurso, ficando os demais licitantes, desde logo intimados para, querendo, apresentarem as contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

11.5. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:



11.5.1.a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.5.2.o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.6. Os recursos e contrarrazões deverão ser manifestados exclusivamente por meio eletrônico via internet, no site: www.comprasgovernamentais.gov.br.

11.7. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.8. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.9. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.10. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.11. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico: <https://prudentopolispr.equiplano.com.br:7443/transparencia/licitacoes>.

11.12. Não havendo recurso, a Pregoeira encaminhará para homologação.

11.13. Caso a pregoeira tenha que remarcar a data da sessão, a convocação será realizada através e exclusivamente pelo sistema do comprasnet.

12. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

12.1. Constatado o atendimento das exigências fixadas neste Edital, o licitante classificado em primeiro lugar será declarado vencedor.

12.1.1. Se o primeiro proponente classificado, não atender às exigências de habilitação, será examinada a documentação do segundo proponente classificado, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até o encontro de uma proposta que atenda a todas as exigências do edital, sendo o respectivo proponente declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto da licitação.

12.2. A homologação do resultado da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor.

12.2.1. A homologação do resultado desta licitação não obriga esta Administração à aquisição do objeto licitado.



13. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO E CADASTRO RESERVA

13.1. A vigência da Ata de Registro de Preço será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura da Ata de RP.

13.2. As obrigações decorrentes deste PREGÃO, consubstanciar-se-ão em uma Ata de Registro de Preço, cuja minuta se encontra no **Anexo III** deste Edital.

13.3. A Ata de Registro de Preços será encaminhada, sendo obrigação da Licitante a assinatura do instrumento, providenciando a entrega da via original no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal, em até **05 (cinco) dias após o seu recebimento / publicação no diário oficial do município**, caso não encaminhe o mesmo a divisão de contrato emitira notificação, para penalidades cabíveis.

13.3.1. O prazo poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

13.4. A Ata de Registro de Preços deverá ser assinado pelo representante legal da adjudicatária (diretor, sócio da empresa ou procurador). Na hipótese de nomeação de procurador, mediante apresentação de cópia da procuração e cópia dos documentos do procurador.

13.5. A proponente vencedora, que no prazo, convocada dentro da validade de sua proposta, se recusar injustificadamente a assinar a Ata de RP, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, não manter a proposta, comportar-se de modo inidôneo, ou firmar declaração falsa, poderá ficar impedida de licitar com o Município de Prudentópolis.

13.6. Fica o Fiscal e o Gestor da Ata de Registro de Preço, cientes da publicação do mesmo após as devidas assinaturas e também da responsabilidade em acessar as devidas cópias que serão disponibilizadas no site oficial do município pela divisão de contratos.

13.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

13.8. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

13.8.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

13.8.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.



13.9. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

13.9.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

13.9.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

13.10. A Ata de Registro de Preço poderá, a critério da Administração, gerar a formalização de contratos específicos para a execução das aquisições ou prestações de serviços registrados, conforme necessidade, observadas as disposições do edital e da legislação vigente. Esses contratos deverão respeitar as condições, preços e prazos estipulados na Ata de Registro de Preços, sem prejuízo de eventuais ajustes que sejam formalmente acordados entre as partes.

14. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

14.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

14.1.2.4. deixar de apresentar amostra, quando exigida;

14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

14.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

14.1.5. fraudar a licitação

14.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:



- 14.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- 14.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 14.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada, quando for exigida;
- 14.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 14.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

14.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- 14.2.1. advertência;
- 14.2.2. multa;
- 14.2.3. impedimento de licitar e contratar e
- 14.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- 14.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
- 14.3.2. as peculiaridades do caso concreto
- 14.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
- 14.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
- 14.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor da proposta.

14.4.1. Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 10% do valor da proposta do licitante.

14.4.2. Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7 e 14.1.8, a multa será de 15% do valor da proposta.

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública



direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7 e 14.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

15. DO COMBATE A FRAUDE E CORRUPÇÃO



15.1. Adota-se nesta licitação e nas consequentes Atas de RP, a presente Cláusula Especial de Combate a Fraude e Corrupção, com o mais alto padrão de ética durante todo o processo de contratação, definindo-se as seguintes práticas:

- a) **PRÁTICA CORRUPTA:** Oferecer, dar, receber, ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução da Ata de RP;
- b) **PRÁTICA FRAUDULENTA:** Falsificação ou omissão dos fatos, com objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução da Ata de RP;
- c) **PRÁTICA COLUSIVA:** Esquematizar ou estabelecer alguma espécie de acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais, não competitivos ou inexequíveis;
- d) **PRÁTICA COERCITIVA:** Causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou à propriedade, visando influenciar sua participação em processo licitatório ou afetar a execução da Ata de RP;
- e) **PRÁTICA OBSTRUTIVA:** (i) Destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do licitador, dos agentes fiscalizadores dos concedentes em caso de convênios, ou do organismo financeiro multilateral, com o objetivo multilateral a apuração de alegações de prática prevista na Ordem de Serviço nº. 001-2015, de 16/05/2015; (ii). Atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito do licitador, dos agentes fiscalizadores dos concedentes em caso de convênios e do organismo financeiro multilateral promover inspeção.

15.2. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de Atas de RP financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução uma Ata de RP financiado pelo organismo.

15.3. Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de a Ata de RP vir a ser financiada, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução da Ata de RP e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução da Ata de RP.

16. DISPOSIÇÕES GERAIS



- 16.1.** Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 16.2.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 16.3.** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 16.4.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 16.5.** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 16.6.** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 16.7.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 16.8.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 16.9.** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 16.10.** O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico [https://pncp.gov.br/app/editais?q=&status=recebendo_proposta&pagina=1].
- 16.11.** Fica assegurado à Prefeitura Municipal de Prudentópolis, mediante justificativa motivada, o direito de, a qualquer tempo e no interesse da Administração, anular a presente licitação ou revogar no todo ou em parte.
- 16.12.** Após a finalização da fase de lances, não caberá desistência da proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Pregoeira.
- 16.13.** A Administração poderá, até a assinatura da Ata de RP ou outro documento equivalente, inabilitar licitante, por despacho fundamentado, sem direito a indenização ou ressarcimento e sem prejuízo de outras sanções cabíveis, se vier a ter conhecimento de fato ou circunstância anterior ou posterior ao julgamento da



Departamento de Licitação

licitação que desabone a habilitação jurídica, econômico-financeira e a regularidade fiscal da Licitante. Neste caso, a Pregoeira convocará os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, restabelecendo a sessão para negociar diretamente com a Proponente melhor classificada e posterior abertura do seu envelope “Documentos de Habilitação”, sendo declarada vencedora e a ela será adjudicado o objeto deste Pregão, podendo apresentar o(s) documento(s) que vencer(em) seu prazo de validade após o julgamento da licitação.

16.14. Para dirimir as questões relativas ao presente Edital, elege-se como foro competente o da Comarca de Prudentópolis, com exclusão de qualquer outro.

16.15. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- Anexo I - Termo de Referência;
- Anexo II – Modelo Padrão de Proposta;
- Anexo III - Minuta Ata de Registro de Preço;
- Anexo IV – Dotação Orçamentária.

Prudentópolis, 06 de janeiro de 2025.

Andriele S. Lupepsa
Resp. Pela Elaboração do Edital



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DA SECRETARIA SOLICITANTE

1.1. Secretaria Municipal de Administração.

1.2. DAS SECRETARIAS PARTICIPANTES

1.2.1. Secretaria Municipal de Administração

1.2.2. Secretaria Municipal de Educação

1.2.3. Secretaria Municipal de Ind., Com. e Des. Econômico

1.2.4. Secretaria Municipal de Assistência Social

1.2.5. Secretaria Municipal de Transportes e Infraestrutura

1.2.6. Secretaria Municipal de Agricultura

1.2.7. Secretaria Municipal de Saúde

1.2.8. Secretaria Municipal de Cultura.

1.2.9. Secretaria Municipal de Turismo.

2. DO EMBASAMENTO LEGAL

2.1. O presente Termo de Referência está embasado na Lei Federal n.º 14.133/2021.

3. DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

3.1. Este Instrumento se fundamenta no Estudo Técnico Preliminar - ETP, elaborado nos setores das Secretarias solicitantes.

4. HÁ PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL



4.1. Secretaria Municipal de Administração:

4.1.1. Sim, estava previsto.

4.2. Secretaria Municipal de Educação:

4.2.1. Sim, estava previsto.

4.3. Secretaria Municipal de Ind., Com. e Des. Econômico:

4.3.1. Sim, estava previsto.

4.4. Secretaria Municipal de Assistência Social:

4.4.1. Não, estava previsto.

4.5. Secretaria Municipal de Transportes e Infraestrutura:

4.5.1. Sim, estava previsto.

4.6. Secretaria Municipal de Agricultura:

4.6.1. Sim, estava previsto.

4.7. Secretaria Municipal de Saúde:

4.7.1. Sim, estava previsto.

4.8. Secretaria Municipal de Cultura:

4.8.1. Sim, estava previsto.

4.9. Secretaria Municipal de Turismo:

4.9.1. Sim, estava previsto.

5. DO OBJETO

5.1. O presente Termo de Referência tem por finalidade o **Registro de Preços para “Aquisição de Gêneros Alimentícios Perecíveis e não Perecíveis para as diversas Secretarias Municipais”**, conforme as especificações descritas neste instrumento, em consonância com o teor do processo nº **8186/2024**, ao qual estão vinculado.

6. DA JUSTIFICATIVA



6.1. As Secretarias solicitantes justificam as necessidades das aquisições conforme segue:

Secretaria Municipal de Administração:

Justifica-se a aquisição dos referidos itens para atender a demanda diária desta secretaria, incluindo o consumo do prédio da PMP, com ressalva para o Gabinete do Prefeito, também do Departamento de Segurança Pública Municipal, Arquivo Municipal, Junta Militar, Setor de Identificação, Procon, UNICENTRO e UAB.

Secretaria Municipal de Educação:

A Secretaria Municipal de Educação promove Formações Continuidas para os professores/funcionários, Fóruns, Encontros do Dia do Professor e encerramento do Ano Letivo, entre outras atividades importantes para o andamento da Educação Municipal. Assim sendo, se faz necessária a disponibilização de lanches para os participantes dos eventos. Além disso, há fornecimento de café em pó para a parte administrativa das instituições de ensino.

Secretaria Municipal de Ind., Com. e Des. Econômico

Secretaria Municipal de Assistência Social:

Em resposta ao memorando 028/2024, processo licitatório para futura aquisição de gêneros alimentícios perecíveis e não perecíveis, encaminha-se a relação de itens da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Os gêneros alimentícios serão destinados a atender as ações, atividades e projetos desenvolvidos pela Secretaria de Assistência Social e seus departamentos com as famílias e usuários do CRAS, (Vila Mariana e Vila da luz, CREAS, Cadastro Único e Acolhimento Institucional).

Justifica-se a aquisição dos referidos itens pois a partir de março de 2023 a administração pública através da Secretaria de Assistência Social é responsável em garantir o suprimento dos materiais necessários ao bom funcionamento dos serviços de Acolhimento Institucional. O Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes acolhe provisoriamente, crianças e adolescentes em situação de risco social e pessoal, proporcionando-lhes o suprimento de suas necessidades básicas, tais como: alimentação, higiene, saúde e lazer, vestimenta e moradia, devido à necessidade do afastamento familiar e tem capacidade de atender até 20 acolhidos.

A aquisição de alguns itens solicitados será realizada com recursos específicos que a Secretaria Municipal de Assistência Social recebe diretamente do Fundo Nacional de Assistência.

Secretaria Municipal de Ind. Com. e Des. Econômico:

Ausente justificativa.



Secretaria Municipal de Transportes e Infraestrutura:

A administração que demonstra preocupação com o bem-estar e conforto da equipe pode trazer impactos profundos e positivos na organização, especialmente quando essa preocupação está diretamente alinhada com a qualidade de vida no trabalho. A adoção de políticas voltadas para o bem-estar dos colaboradores cria um ambiente de trabalho mais agradável e saudável, aumentando a satisfação, o engajamento e, consequentemente, a produtividade. Dentro desse contexto, a compra de gêneros alimentícios é um aspecto fundamental que pode estar diretamente ligado às iniciativas de qualidade de vida no trabalho, promovendo uma cultura organizacional que valoriza o cuidado com seus funcionários.

A compra de gêneros alimentícios perecíveis e não perecíveis, quando alinhada com as políticas de qualidade de vida no trabalho, não é apenas uma questão logística ou operacional, mas uma estratégia de gestão que demonstra cuidado e atenção com os colaboradores. Essa prática reforça a cultura organizacional voltada para o bem-estar, promovendo saúde, integração, satisfação e produtividade. Uma equipe que se sente valorizada e cuidada tende a ser mais engajada, o que reflete diretamente nos resultados organizacionais, criando um ciclo virtuoso de qualidade de vida e eficiência empresarial.

Secretaria Municipal de Agricultura:

O presente requerimento de aquisição de alimentos se faz necessário, tendo em vista as reuniões mensais do Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS) e do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), bem como o ambiente de trabalho da Secretaria Municipal da Agricultura e do escritório de extensão na localidade rural de Ligação no que diz respeito a interação da equipe e valorização do local de trabalho.

Secretaria Municipal de Saúde:

A aquisição de produtos alimentícios para a Secretaria de Saúde baseia-se na necessidade de fornecer alimentação adequada e balanceada para os diversos públicos atendidos pelas unidades de saúde, como pacientes, servidores e participantes de programas de saúde pública. A alimentação desempenha um papel crucial na recuperação de pacientes, sendo um fator essencial para o tratamento e melhoria do estado de saúde. Além disso, a disponibilização de produtos alimentícios de qualidade e em quantidade suficiente é fundamental para a promoção da saúde e o bem-estar dos funcionários, garantindo condições adequadas de trabalho e preservação da saúde dos servidores. A compra dos produtos alimentícios é, portanto, uma ação estratégica e necessária para o bom funcionamento dos serviços prestados pela Secretaria de Saúde, visando à manutenção de um ambiente propício à recuperação dos pacientes e ao cuidado integral da saúde da população atendida.

Secretaria Municipal de Cultura:

Justifica-se esta aquisição para manter o abastecimento na Secretaria Municipal de Cultura, para o



atendimento aos servidores e visitantes – autoridades.

Secretaria Municipal de Turismo:

A aquisição de gêneros alimentícios perecíveis e não perecíveis para a Secretaria Municipal de Turismo justifica-se pela necessidade de assegurar o fornecimento adequado de alimentos durante reuniões estratégicas, capacitações, palestras e oficinas, fundamentais para o desenvolvimento de projetos no setor turístico.

Esses eventos, que muitas vezes envolvem a participação de colaboradores externos, são cruciais para promover um ambiente produtivo e colaborativo. Além disso, a previsão de fornecimento desses gêneros alimentícios permite o planejamento eficiente e a gestão otimizada de recursos, assegurando economicidade e eficiência no atendimento das demandas da secretaria, contribuindo para o crescimento do turismo no município.

7. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

Secretaria Municipal de Administração:

A aquisição dos itens indicados e compreendidos como gêneros alimentícios diversos, por meio de processo licitatório é a solução eficaz para atendimento da demanda da municipalidade.

Secretaria Municipal de Educação:

A solução prevista seria a contratação de fornecedores para atender à demanda da secretaria solicitante, assegurando alimentação para os colaboradores da Secretaria Municipal de Educação durante o processo de formações técnicas e pedagógicas.

Secretaria Municipal de Ind. Com. e Des. Econômico:

A aquisição do material de consumo tem como objetivo promover a melhoria da qualidade da rotina de trabalho, garantindo que todas as instituições estejam abastecidas com materiais úteis para melhor atender sua demanda.

Secretaria Municipal de Assistência Social:

Realização de processo licitatório para aquisição dos itens através de registro de preço.

Secretaria Municipal de Transportes e Infraestrutura:

A administração que demonstra preocupação com o bem-estar e conforto da equipe pode trazer impactos profundos e positivos na organização, especialmente quando essa preocupação está diretamente alinhada com a qualidade de vida no trabalho. A adoção de políticas voltadas para o bem-estar dos colaboradores cria um ambiente de trabalho mais agradável e saudável, aumentando a



satisfação, o engajamento e, conseqüentemente, a produtividade. Dentro desse contexto, a compra de gêneros alimentícios é um aspecto fundamental que pode estar diretamente ligado às iniciativas de qualidade de vida no trabalho, promovendo uma cultura organizacional que valoriza o cuidado com seus funcionários.

A compra de gêneros alimentícios perecíveis e não perecíveis, quando alinhada com as políticas de qualidade de vida no trabalho, não é apenas uma questão logística ou operacional, mas uma estratégia de gestão que demonstra cuidado e atenção com os colaboradores. Essa prática reforça a cultura organizacional voltada para o bem-estar, promovendo saúde, integração, satisfação e produtividade. Uma equipe que se sente valorizada e cuidada tende a ser mais engajada, o que reflete diretamente nos resultados organizacionais, criando um ciclo virtuoso de qualidade de vida e eficiência empresarial.

Secretaria Municipal de Agricultura:

Aquisição de gêneros alimentícios: Café, chá-mate, açúcar e água mineral.

Secretaria Municipal de Saúde:

De acordo com o descrito no item 3.3.2 do ETP, a solução na modalidade através de Pregão Eletrônico atende aos interesses da Administração Pública.

Secretaria Municipal de Cultura:

Após análise na Internet, não foram identificadas alternativas de solução no mercado para o problema em questão que não envolvam a aquisição conforme descrita neste estudo. Para a presente contratação, foi realizada também uma análise na contratação anterior, referente ao mesmo objeto (P.E 121/2023). Ressalta-se, ainda, que esta abordagem atende integralmente às exigências da administração.

Destacamos ainda que o Pregão Eletrônico é a modalidade mais adequada para a compra de gêneros alimentícios, pois permite uma maior agilidade e competição entre os fornecedores. Se o valor da aquisição estiver dentro dos limites estabelecidos na lei, a dispensa de licitação poderá ser uma solução rápida.

Secretaria Municipal de Turismo:

1. **Elaboração do Termo de Referência/Projeto Básico:** A equipe técnica elabora o Termo de Referência, especificando os itens de gêneros alimentícios perecíveis e não perecíveis a serem adquiridos, quantidades, prazos de entrega, condições de armazenamento e critérios de aceitabilidade.
2. **Publicação do Edital:** O edital de licitação é redigido e publicado na plataforma eletrônica, contendo as regras do pregão, como condições de participação, critérios de julgamento e exigências contratuais.



3. Credenciamento dos Licitantes: Fornecedores interessados se credenciam na plataforma eletrônica, comprovando a regularidade fiscal, jurídica e técnica, conforme as exigências do edital.
4. Apresentação das Propostas Iniciais: Os fornecedores credenciados inserem suas propostas iniciais de preços diretamente na plataforma, respeitando as condições estabelecidas no edital.
5. Análise de Conformidade das Propostas: As propostas apresentadas são analisadas quanto à conformidade com os requisitos do edital, garantindo que atendam às especificações técnicas.
6. Fase de Lances: Os licitantes participam da fase de lances, onde podem oferecer novas propostas de preços em tempo real, buscando a melhor oferta.
7. Negociação: O pregoeiro pode negociar diretamente com o fornecedor que apresentou a menor proposta, visando ajustar as condições de fornecimento.
8. Habilitação do Vencedor: O fornecedor vencedor é submetido à análise de habilitação, devendo comprovar sua regularidade fiscal e técnica, conforme as exigências do edital.
9. Adjudicação: O objeto da licitação é adjudicado ao vencedor, formalizando o direito do fornecedor em firmar o contrato com a administração pública.
10. Homologação: O resultado do pregão é homologado pela autoridade competente, confirmando a legalidade do processo e autorizando a contratação.
11. Celebração do Contrato: Após a homologação, o contrato administrativo é formalizado entre a Secretaria de Turismo e o fornecedor, definindo as condições de fornecimento dos alimentos.
12. Fiscalização e Execução do Contrato: A execução do contrato é monitorada pela Secretaria de Turismo, que verifica o cumprimento dos prazos e a qualidade dos gêneros alimentícios entregues.

8. DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS/VALORES REFERENCIAIS DE MERCADO

Item	Descrição	Unid.	Qtd.	Valor		Secretaria
				Unitário	Total	
01	ABACATE fruta com casca lisa, verde, in natura, apresentando grau de maturação que permita suportar a manipulação, porém já em estágio de maturação para consumo imediato, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. Não devese apresentar danos de origem física, mecânica ou biológica que afete a sua aparência e qualidade. A polpa devese se apresentar intacta e firme. Peso médio por unidade de 500 g. Variação total entre maior e menor fruto de até 15%. Acondicionados em sacos plásticos limpos e transparentes.	Kg	50	R\$ 11,87	R\$ 593,50	SMAS-50



02	ABACAXI PÉROLA , frutos no grau máximo de evolução no tamanho, peso médio de 1kg, aroma e sabor da espécie, uniformes, sem ferimentos ou defeitos e firme, grau de maturação adequado para servir.	Kg	270	R\$ 6,65	R\$ 1.795,50	SMS-120 SME-50 SMAS-100
03	ABOBORA - Abobora tipo moranga, de primeira qualidade, tamanho e coloração uniformes, isenta de enfermidades, material terroso e umidade externa anormal, sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte. Devem ser acondicionados em sacos plásticos limpos e transparentes.	Kg	50	R\$ 6,02	R\$ 301,00	SMAS-50
04	ABOBRINHA , de 1º qualidade bem formadas, de variedade branca, superfície lisa e brilhante, livre de danos mecânicos com tamanho mínimo de 15 cm.	Kg	266	R\$ 4,01	R\$ 1.066,66	SMS-216 SMAS-50
05	ACHOCOLATADO EM PÓ , embalagem de 400gr contendo identificação do produto, maraca do fabricante, prazo de validade e peso líquido.	Pacote	182	R\$ 5,61	R\$ 1.021,02	SMS-72 SMAS-110
06	ACHOCOLATADO EM PÓ ZERO LACTOSE SEM GLÚTEN Achocolatado em pó instantâneo, fonte de vitaminas e minerais, sem glúten e sem lactose, aproximadamente 500 gr.	Pacote	30	R\$ 35,73	R\$ 1.071,90	SMAS-30
07	AÇÚCAR CRISTAL , especial filtrado ou peneirado, embalado em pacotes de 5kg, de procedência nacional. Deve apresentar-se isento de substâncias estranhas e/ou nocivas. Embalagem declarando a marca, nome e endereço do empacotador, prazo de validade, número de registro no órgão competente. Validade mínima 06 meses a partir da data de entrega.	Pacote	30	R\$ 19,03	R\$ 570,90	SME-20 SMICD-10
08	AÇÚCAR , tipo refinado, branco, aspecto granuloso fino a médio, isento de sujidades, parasitas, matéria terrosa, detritos animais e vegetais, umidade e outros fragmentos estranhos. Embalagem de 5kg cada.	Pacote	537	R\$ 22,78	R\$12.232,86	SMS-120 SMTI-20 SMAS-150 SMC-10 SMA-230 SMAG-04 SMT-03
09	ADOÇANTE DIETÉTICO LÍQUIDO - À base de sucralose Composto pelo edulcorante sucralose, extraído da cana-de-açúcar. Frasco de 65 ml ou superior. Selo de aprovação pela Associação Nacional de Assistência ao Diabético.	Unid.	10	R\$ 7,46	R\$ 74,60	SMAS-10
10	ÁGUA MINERAL SEM GÁS , garrafa de 500ml fardo com 12 unidades.	Fardo	1.560	R\$ 7,08	R\$11.044,80	SMS-60 SME-300 SMAS-50 SMA-1.000 SMAG-60 SMT-90
11	ALFACE , lisa/crespa, in natura, de 1º qualidade, com folhas íntegras, com peso mínimo de 400gr.	Unid.	884	R\$ 2,76	R\$ 2.439,84	SMS-384 SMAS-500
12	ALHO , de 1º qualidade, grão do tipo comum, fisiologicamente desenvolvidos, com bulbos curados, sem danos mecânicos ou causados por pragas.	Kg	92	R\$ 28,36	R\$ 2.609,12	SMS-72 SMAS-20
13	AMENDOIM SEM CASCA , descascado, tipo 1, apresentando bom estado de conservação, sem nenhum sinal de mofo, embalagem plástica nde 500gr, contendo	Pacote	160	R\$ 8,96	R\$ 1.433,60	SMS-60 SMAS-100



Departamento de Licitação

	identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, peso líquido.					
14	AMIDO DE MILHO , 500gr, pó fino, branco e puro, livre de qualquer alteração de aroma e coloração. Acondicionada em caixas de papelão resistentes, que garantam a integridade do produto até o momento do consumo. A embalagem deverá conter dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número do lote, data de validade. Validade mínima de 4 meses a partir da data de entrega.	Pacote	122	R\$ 4,78	R\$ 583,16	SMS-72 SMAS-50
15	ARROZ PARBOILIZADO , longo fino polido, tipo 1, embalado em saco plástico de 5kg, contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade maior de 12 meses.	Pacote	351	R\$ 29,10	R\$10.214,10	SMS-216 SMAS-135
16	ATUM ENLATADO : Atum sólido em óleo comestível, lata de 170 g, rotulo contendo identificação do produto data de fabricação e prazo de validade, com registro do Ministério da Saúde, obedecendo à resolução 12/78 da CNNPA.	Lata	25	R\$ 9,20	R\$ 230,00	SMAS-25
17	AZEITONA : verde, em conserva, com caroço. Vidro contendo no mínimo 500 gramas. Com identificação do produto, informação nutricional, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido.	Unid.	20	R\$ 18,05	R\$ 361,00	SMAS-20
18	BACON COMUM : Embalagem com identificação do produto, informação nutricional, marca do fabricante, peso líquido e prazo de validade.	Kg	155	R\$ 31,93	R\$ 4.949,15	SMS-140 SMAS-15
19	BANANA CATURRA , de 1º qualidade, grau médio de amadurecimento com cascas sãs, sem rupturas, características do cultivo bem definidas, estando fisiologicamente desenvolvidas, bem formadas, limpas, com coloração própria, livres de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças e estejam em perfeitas condições de conservação e maturação.	Kg	1.064	R\$ 3,99	R\$ 4.245,36	SMS-264 SME-150 SMAS-650
20	BANHA ANIMAL : Especificações mínimas: Banha de porco. Sem conservantes. 100% natural. Embalada em recipiente plástico, atóxico. Conter rótulo com procedência, data de fabricação e prazo de validade, 1 kg. Validade 03 meses a contar da data de entrega.	Kg	50	R\$ 17,12	R\$ 856,00	SMAS-50
21	BATATA DOCE - batata doce rosada. Seleccionada, fresca, de ótima qualidade, compacta, firme, coloração uniforme, aroma e cor típicos da espécie, em perfeito estado de desenvolvimento. Necessita estar isenta de sujidades, parasitas, rachaduras, cortes e perfurações, sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte.	Kg	100	R\$ 4,30	R\$ 430,00	SMAS-100
22	BATATA INGLESA , comum de 1º qualidade, lavada, com tamanho uniforme, livre de danos mecânicos, sem imperfeições na superfície.	Kg	1.030	R\$ 5,06	R\$ 5.211,80	SMS-580 SMAS-450
23	BATATA PALHA : com cor, odor e sabores característicos, crocante, isenta de gordura trans, embalagem acondicionada em embalagem plástica de mínimo 500 gr, validade mínima de 2 meses a contar da data de entrega do produto.	Pacote	50	R\$ 14,52	R\$ 726,00	SMAS-50
24	BATATA SALSA , de 1º qualidade, amarela com	Kg	130	R\$ 8,75	R\$	SMS-80



	comprimento mínimo de 10 cm.				1.137,50	SMAS-50
25	BEBIDA VEGETAL EM PÓ, 250 a 300G , bebida vegetal em pó, fonte de cálcio, de fácil diluição e rendimento mínimo de 2 litros. Destinado a crianças e adolescentes alérgicos à proteína do leite de vaca e intolerantes à lactose. Validade mínima de 06 meses a partir da data de entrega e validade mínima de 30 dias após aberto.	Pacote	25	R\$ 24,06	R\$ 601,50	SMAS-25
26	BERINJELA - de primeira qualidade, apresentando grau de maturação que permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo, com ausência de parasitas e larvas.	Kg	50	R\$ 6,66	R\$ 333,00	SMAS-50
27	BETERRABA , com folhas, de 1º qualidade, com casca sã, sem ruptura, tamanho médio.	Kg	292	R\$ 4,15	R\$ 1.211,80	SMS-192 SMAS-100
28	BICARBONATO DE SÓDIO . Bicarbonato de Sódio para uso culinário. Apresentação em Pó branco. Pacote com 50 gramas.	Pacote	25	R\$ 2,64	R\$ 66,00	SMAS-25
29	BISCOITO AMANTEIGADO , de boa qualidade, sabores diversos, unidades com 330 a 400gr. Validade mínima de 6 meses a partir da data de entrega.	Pacote	570	R\$ 6,29	R\$ 3.585,30	SMS-200 SME-50 SMAS-300 SMC-20
30	BISCOITO DE ARROZ , mini biscoito de arroz integral: biscoito de arroz integral e sal, sem conservantes e sem aromatizantes. Sem glúten, açúcar, leite e derivados. Embalagem de 120 a 150 gramas. Validade mínima de 06 meses a partir da data de entrega. Ex.: Camil ou similar.	Pacote	15	R\$ 13,92	R\$ 208,80	SMAS-15
31	BISCOITO DOCE MARIA OU MAISENA , acondicionada em pacotes de polipropileno, atóxicos hermeticamente vedados com 400gr. A embalagem deverá conter os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, quantidade do produto. Deverá apresentar validade mínima de 6 meses a partir da data de entrega.	Pacote	470	R\$ 5,04	R\$ 2.368,80	SMS-100 SME-50 SMAS-300 SMC-20
32	BISCOITO DOCE ROSQUINHA (côco) , embalagem de 400gr contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, peso líquido. Serão rejeitados biscoitos mal cozidos, queimados, não podendo apresentar excesso de dureza e nem se apresentar quebradiço.	Pacote	510	R\$ 5,03	R\$ 2.565,30	SMTI-40 SME-50 SMAS-400 SMC-20
33	BISCOITO DOCE TIPO WAFFER , sabores variados composição mínima: farinha de trigo fortificada, açúcar, gordura vegetal hidrogenada, sal refinado, bicarbonato de sódio, amido de milho. Empacotado em plástico atóxico, termos selado, isento de bolores, substâncias nocivas, odores e sabor estranhos ao seu aspecto normal. Embalados em pacotes de no mínimo 100 a 140g. Embalagem primária declarando a marca, peso líquido, nome e endereço do fabricante, prazo de validade (mínima de seis meses a contar da data de entrega) e lote, número de registro no órgão competente. Caixa com no mínimo 30 unidades.	Caixa	08	R\$ 75,60	R\$ 604,80	SMAS-08
34	BISCOITO DOCE ZERO AÇÚCAR - Biscoito doce sem glúten e sem leite (pct 150g): a base de amido de	Pacote	30	R\$ 8,77	R\$ 263,10	SMAS-30



Departamento de Licitação

	milho, óleo de palma, açúcar, farinha de milho, farinha de soja, farelo de soja 7%, farinha de trigo sarraceno 4%, xarope de beterraba, amido de mandioca modificado, sal, levedura: bicarbonato de amônio, bicarbonato de sódio. Embalagem atóxica, intacta, contendo informações sobre o produto, informações nutricionais e prazo de validade.					
35	BISCOITO DOCE ZERO LACTOSE - Biscoito sem lactose tipo rosquinha 400 gramas produto livre de gordura trans, produto crocante, mas que não seja resistente ao morder, deverá apresentar-se livre de parasitas e de qualquer substância contaminante, sem traços brancos ou mofo. Embalagem plástica atóxica, intacta, contendo informações sobre o produto, informações nutricionais e prazo de validade.	Pacote	30	R\$ 7,10	R\$ 213,00	SMAS-30
36	BISCOITO INTEGRAL SALGADO - Pacotes de 400g. As embalagens devem ser uniformes quanto ao tipo e peso para a quantidade total solicitada. Validade 8 meses com no mínimo 90% de sua validade no ato da entrega.	Pacote	220	R\$ 6,13	R\$ 1.348,60	SMAS-200 SMC-20
37	BISCOITO RECHEADO - vários sabores, Biscoito redondo, com recheio 140gr-diversos sabores, ingredientes básicos:(Farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, óleo vegetal, amido, gordura vegetal, leite em pó integral, sal, fermentos químicos bicarbonato de amônio, aromatizantes, e corante natural).Zero gordura trans.	Caixa	08	R\$ 30,15	R\$ 241,20	SMAS-08
38	BISCOITO SALGADO GERGELIM , 400gr de 1º qualidade isento de gordura trans, serão rejeitados biscoitos mal cozidos, queimados com características anormais não podendo apresentar excesso de dureza nem se apresentar quebradiço. O produto deve estar acondicionado em embalagem plástica, atóxica resistente, lacrada de acordo com a legislação vigente. Validade mínima de 6 meses a partir da data de entrega.	Pacote	50	R\$ 6,39	R\$ 319,50	SME-50
39	BISCOITO SALGADO, tipo Cream Cracker , composto por farinha de trigo, gordura vegetal hidrogenada e sal, serão rejeitados biscoitos mal cozidos, queimados e de caracteres organolépticos anormais, excesso de dureza e quebradiço. Embalagem primária em pacotes impermeáveis lacrados com peso líquido de 400gr.	Pacote	700	R\$ 5,39	R\$ 3.773,00	SMS-200 SMTI-30 SMAS-200 SMC-20 SMA-250
40	BISCOITO SORTIDO , pacotes de 500 gramas, sem corantes artificiais em embalagem plástica atóxica, com dupla proteção, com data de fabricação e prazo de validade de no mínimo 8 meses.	Pacote	245	R\$ 10,30	R\$ 2.523,50	SMS-120 SMAS-125
41	BISTECA SUÍNA , livre de parasitos e de qualquer substância contaminante que possa altera-la ou encobrir alguma alteração, resfriada, com registro no SIF, com gramatura de 180 g embalagem plástica com informação de peso, data de validade e fabricação, lote, produto e marca. Durante o processamento deve ser realizada a aparagem(eliminação dos excessos de gordura)devendo conter no mínimo 10% de gordura e aponevroses, sem	Kg	300	R\$ 17,70	R\$ 5.310,00	SMS-200 SMAS-100



	injeção de água.					
42	BRÓCOLIS de 1° qualidade, cor verde, bem formado, livre de danos mecânicos, em maços com peso mínimo de 400gr.	Unid.	488	R\$ 9,12	R\$ 4.450,56	SMS-288 SMAS-200
43	CAFÉ em pó homogêneo, torrado e moído, do tipo superior, TIPO exportação, com torrefação média. Embalado a vácuo em pacotes de 500 g. Predominantemente café tipo arábica, com grãos de café dos tipos 6 COB, ausência de grãos petos-verdes ou fermentados. Produto com validade de 12 meses. Com Selo de Pureza ABIC, Nota superior a 6 na escala sensorial Programa de Qualidade do Café (QG-Qualidade Global), Laudo físico-químico, microbiológico, microscópico e organoléptico de acordo com a Legislação Vigente.	Pacote	3.88 3	R\$ 18,59	R\$72.184,97	SMS-360 SMTI-65 SME-1.800 SMAS-500 SMICDE-100 SMC-50 SMA-900 SMAG-96 SMT-12
44	CALDO DE CARNE: Caldo de carne, costela, bacon, caixa com 06 cubos 57 g, com informação nutricional, prazo de validade, informação nutricional e contato de atendimento ao consumidor.	Caixa	30	R\$ 2,60	R\$ 78,00	SMAS-30
45	CALDO DE GALINHA – Contendo: sal, amido, gordura vegetal, extrato de frango ou frango desidratado e condimentos, caixa com 63 g contendo 6 tabletes. As embalagens devem ser uniformes quanto ao tipo e peso para a quantidade total solicitada. Validade 8 meses com no mínimo 90% de sua validade no ato da entrega.	Caixa	98	R\$ 2,15	R\$ 210,70	SMS-48 SMAS-50
46	CALDO DE LEGUMES - Caixa com 06 tabletes, validade aproximada de 10 meses. Embalagem deve conter a descrição do produto, composição, peso, lote e prazo de validade.	Caixa	50	R\$ 3,10	R\$ 155,00	SMAS-50
47	CANELA em casca mínima 20 gramas.	Unid.	20	R\$ 4,03	R\$ 80,60	SMAS-20
48	CANELA EM PÓ , tubo de 20 a 40gr, acondicionada em tubo transparente, com identificação na embalagem dos ingredientes, peso, fornecedor, data de fabricação e validade. Validade mínima de 6 meses a contar da data da entrega.	Unid.	60	R\$ 4,20	R\$ 252,00	SMS-40 SMAS-20
49	CANJICA 500G -Classe branca, Tipo 1.Obtido de grãos de milho, de cor branca, com aspecto cor, cheio e sabor próprios, com ausência de umidade, isento de sujidades, parasitas e larvas. Embalagem plástica flexível, atóxica, resistente. Validade mínima de 04 meses a partir da data de entrega.	Unid.	190	R\$ 7,50	R\$ 1.425,00	SMS-100 SMAS-90
50	CARNE MOÍDA 2º , com a menor porcentagem de gordura e nervo possível, fresca e refrigerada, embalados em sacos de polietileno, hermeticamente fechado e rotulado conforme legislação sanitária vigente. No ato da entrega apresentar temperatura entre 0° e 4°C.	Kg	520	R\$ 26,40	R\$13.728,00	SMS-270 SMAS-250
51	CARVÃO vegetal para churrasco, em embalagem de 07 quilos.	Pacote	20	R\$ 23,20	R\$ 464,00	SMAS-20



Departamento de Licitação

52	CEBOLA SEM RÉSTIA , in natura, tamanho médio, nova de 1 ° qualidade com casca sã, sem rupturas, bem desenvolvida, isentas de sujidade, parasitas e larvas.	Kg	462	R\$ 4,91	R\$ 2.268,42	SMS-192 SMAS-270
53	CENOURA , sem folhas, de 1º qualidade, raiz com tamanho mínimo de 12cm a 15 cm.	Kg	362	R\$ 4,55	R\$ 1.647,10	SMS-192 SMAS-170
54	CEREAL MATINAL - Flocos de Milho com Açúcar, alimento a base de milho em flocos, deverá ser fortificado com ferro e ácido fólico. Deverá apresentar aspecto, sabor e cheiro característico, livre de sujidades e substâncias nocivas. Não deverá conter glúten em sua composição. Embalagem: o produto deverá estar acondicionado em pacotes totalmente recicláveis, transparente, atóxico, bem vedados, contendo 1 kg. Prazo de validade mínimo de 6 meses a contar a partir da data de entrega. O produto deve ter os registros nos órgãos competentes de fiscalização e estar de acordo com a legislação vigente.	Pacote	100	R\$ 19,10	R\$ 1.910,00	SMAS-100
55	CHÁ DE ERVAS , peso mínimo 10gr, caixa com número mínimo de 15 sachês. Validade mínima 6 meses a partir da entrega.	Caixa	200	R\$ 3,34	R\$ 668,00	SMS-100 SMAS-100
56	CHÁ MATE , sabores natural, limão e pêssego. Embalagem de 40 g contendo 25 saquinhos. Validade mínima 12 meses a partir da data de entrega.	Caixa	1.524	R\$ 4,32	R\$ 6.583,68	SMS-48 SME-200 SMAS-700 SMC-20 SMA-450 SMAG-96 SMT-10
57	CHEIRO VERDE - salsinha e cebolinha em folhas verdes e compridas. Não podem estar amareladas e murchas, maço médio com folhas sãs de primeira qualidade.	Maço	100	R\$ 4,03	R\$ 403,00	SMAS-100
58	CHOCOLATE EM PÓ 50% CACAU , 1kg de 1º qualidade, produto preparado com o cacau obtido por processo tecnológico adequado e açúcar. Não poderá conter adição de gordura e óleos estranhos, embalagem em sacos de polietileno atóxico reembalados em caixas de papelão reforçado. Validade mínima 6 meses a contar da data de entrega.	Pacote	60	R\$ 39,85	R\$ 2.391,00	SMAS-60
59	CHOCOLATE GRANULADO , pacote 100gr, contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido.	Pacote	220	R\$ 4,54	R\$ 998,80	SMS-50 SMAS-170
60	CHUCHU , de 1º qualidade, in natura, tamanho médio, casca sã, sem rupturas, livre de danos mecânicos.	Kg	120	R\$ 3,55	R\$ 426,00	SMS-60 SMAS-60
61	COCO RALADO SEM AÇÚCAR , unidade 100G. Produto alimentício desidratado contendo entre os ingredientes: polpa de coco desidratada e parcialmente desengordurada, com aspectos de fragmentos soltos e de cor branca. Deve apresentar cor, cheiro e sabor característico. Ausente de sujidades, parasitas e sem apresentar cheiro alterado ou rançoso. Sem adição açúcar. Embalagem: plástica, íntegra, atóxica. Prazo de validade mínimo de 06 meses a contar da data de	Unid.	270	R\$ 6,60	R\$ 1.782,00	SMS-100 SMAS-170



	entrega.					
62	COSTELA BOVINA - resfriada, de abate recente, deverá conter no máximo 6,5% de gordura, apresentar-se livre de parasitas e de quaisquer outras substâncias contaminante que possa alterá-la ou encobrir alguma alteração. Embalagem primária, plástica flexível, transparente atóxica resistente.	Kg	430	R\$ 21,60	R\$ 9.288,00	SMS-330 SMAS-100
63	COUVE Couve manteiga; fresca; firme; com coloração uniforme e típico da variedade. Sem sujidade ou outro defeito que possa alterar sua aparência e qualidade. Livre de resíduos de fertilizantes; de colheita recente. Cada molho devera pesar no mínimo 500 g. Devem ser acondicionados em sacos plásticos limpos e transparentes.	Maço	50	R\$ 6,70	R\$ 335,00	SMAS-50
64	COUVE FLOR , tipo graúda, in natura, de 1º qualidade, bem formadas, livre de danos mecânicos, com peso unitário de 2 kg.	Unid.	320	R\$ 6,93	R\$ 2.217,60	SMS-120 SMAS-200
65	COXA E SOBRECOXA DE FRANGO , resfriada, embalado em pacote plástico transparente de 1kg, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido, com aspecto não próprio, não amolecido e nem pegajosa, cor própria e sem manchas esverdeadas, cheiro e sabores próprios, com ausência de sujidades, parasitos e larvas. O produto deverá ter registro no Ministério da Agricultura ou S.I.F/DIPOA. No ato da entrega apresentar temperatura entre 0° a 4°C.	Kg	840	R\$ 10,57	R\$ 8.878,80	SMS-440 SMAS-400
66	CREME DE LEITE , tradicional, apresentando teor de gordura mínima de 25%, esterilizado, embalagem com no mínimo 295gr contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido.	Unid.	488	R\$ 3,65	R\$ 1.781,20	SMS-288 SMAS-200
67	DOCE DE FRUTA , vários sabores. Embalagem pode de polietileno ou acetato com tampa hermeticamente fechada com lacre de proteção, intacta, contando até 500gr de peso líquido.	Pote	180	R\$ 5,19	R\$ 934,20	SMS-60 SMAS-120
68	DOCE DE LEITE PASTEURIZADO , pote de 400gr. As embalagens devem ser uniformes quanto ao tipo e peso para a quantidade total solicitada. Validade 8 meses com no mínimo 90% de sua validade no ato da entrega.	Pote	186	R\$ 7,19	R\$ 1.337,34	SMS-36 SMAS-150
69	DOCE DE LEITE ZERO LACTOSE Doce de leite zero lactose, para dietas com restrição de lactose, Potes plásticos, peso líquido mínimo de 400 g, embalagem transparente, resistente, original de fábrica com identificação do produto, dos ingredientes, informações nutricionais, marca do fabricante e informações do mesmo, prazo de validade mínimo de 08 meses a contar da data de entrega, rotulagem de acordo com a legislação.	Pote	50	R\$ 16,50	R\$ 825,00	SMAS-50
70	DOCE GOIABADA , de 1º qualidade, contendo informações, data de produção e validade. Embalagem de 1kg, devendo ser isenta de mofo ou bolores, odores estranhos e substâncias nocivas.	Pacote	45	R\$ 13,96	R\$ 628,20	SMS-20 SMAS-25
71	EMPANADO DE FRANGO - produto obtido através	Pacote	25	R\$ 63,30	R\$	SMAS-25



Departamento de Licitação

	da separação mecanicamente, do frango(peito e/ou coxa e /ou sobrecoxa) isente de ossos, aponeuroses e cartilagens .O produto poderá conter na sua composição flocos de milho, água, gordura vegetal hidrogenada, farinha de arroz, farinha de trigo enriquecida com ferro, proteína texturizada de soja, sal, farinha de rosca, amido, leite em pó, proteína vegetal hidrolisada, vinagre, maltodextrina, condimento natural, ovo em pó, estabilizante poli fosfato de sódio, antioxidante e realçador de sabor. Sua apresentação deve ser congelada, em temperatura de -10°C a -25°C, em embalagens de polietileno. Embalagem de 3 kg.				1.582,50	
72	EMUSTAB , para sorvetes embalagem contendo 200 g com validade mínima de 120 dias na data de entrega.	Unid.	25	R\$ 13,34	R\$ 333,50	SMAS-25
73	ERVA MATE – Pacote com 1 kg, folhas de erva mate moída e secadas no método tradicional, 100% natural, sem conservantes, aromatizantes ou corantes artificiais, embalada a vácuo. Embalagem de 1 kg.	Pacote	20	R\$ 12,05	R\$ 241,00	SMAS-20
74	EXTRATO DE TOMATE , produto industrializado preparado com tomate, açúcar e sal, embalagens de 840gr contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido.	Unid.	640	R\$ 12,83	R\$ 8.211,20	SMS-480 SMAS-160
75	FARINHA DE CENTEIO –pacote de 1 kg, a embalagem deverá conter os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, quantidade do produto. Deverá apresentar validade mínima de 6 meses a partir da data de entrega.	Pacote	50	R\$ 8,43	R\$ 421,50	SMAS-50
76	FARINHA DE MILHO AMARELA . Flocos de milho pré-cozido, tipo flocão, amarelo. Embalagem de 1kg, sacos plásticos transparentes e atóxicos, resistentes que garantam a integridade do produto até o momento do consumo, acondicionado em fardos lacrados. Deverá conter dados de identificação e procedência, informação nutricional, número do lote, data de validade e quantidade do produto. Validade mínima de 4 meses a partir da data de entrega.	Unid.	190	R\$ 4,52	R\$ 858,80	SMS-140 SMAS-50
77	FARINHA DE MILHO BRANCA , Flocos de milho pré-cozido, tipo flocam, amarelo. Embalagem de 1kg, sacos plásticos transparentes e atóxicos, resistentes que garantam a integridade do produto até o momento do consumo, acondicionado em fardos lacrados. Deverá conter dados de identificação e procedência, informação nutricional, número do lote, data de validade e quantidade do produto. Validade mínima de 4 meses a partir da data de entrega.	Unid.	290	R\$ 8,05	R\$ 2.334,50	SMS-240 SMAS-50
78	FARINHA DE ROSCA -pacote com no mínimo 500 g.: Isento de Sujidades e materiais estranhos. Com identificação do produto, informação nutricional, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido.	Pacote	25	R\$ 7,02	R\$ 175,50	SMAS-25
79	FARINHA DE TRIGO ESPECIAL , especial enriquecida com ferro e ácido fólico. Embalagem de 5kg contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, peso líquido. O produto deverá ter aspecto de pó fino branco, com cheiro e sabor próprios.	Pacote	270	R\$ 16,37	R\$ 4.419,90	SMS-120 SMAS-150



Departamento de Licitação

80	FARINHA DE TRIGO PARA KIBE: Produto obtido a partir do cozimento, secagem e moagem do trigo em grãos. Embalagem primária – Saco em Polietileno atóxico, resistente, termos soldado, pacote 500 gramas, considerar se-á imprópria a embalagem defeituosa que exponha o produto à contaminação e/ou deterioração Igual ou superior.	Pacote	50	R\$ 8,92	R\$ 446,00	SMAS-50
81	FAROFA TEMPERADA DE MANDIOCA - embalagem com 500gr em flocos, temperada e pronta para o consumo. Validade acima de 12 meses.	Pacote	100	R\$ 7,76	R\$ 776,00	SMAS-100
82	FEIJÃO PRETO TIPO I 1 KG, isento de matéria terrosa, de parasitas, de detritos animais ou vegetais, pedaços de grãos ou grãos danificados. Embalados em sacos plásticos, transparentes, limpos, não violados, resistentes, que garantem a integridade do produto até o momento do consumo. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, data de validade, quantidade do produto. Validade mínima:06 meses a partir da data de entrega.	Pacote	694	R\$ 7,66	R\$ 5.316,04	SMS-344 SMAS-350
83	FERMENTO BIOLÓGICO SECO, embalagem a vácuo com 125gr, validade mínima 6 meses a partir da data de entrega.	Unid.	175	R\$ 7,66	R\$ 1.340,50	SMS-100 SMAS-75
84	FERMENTO QUÍMICO, 100gr fermento em pó, acondicionado em latas ou recipiente de folha de flandres, plásticos ou tipo fibro-lata, resistente vedado hermeticamente e limpo. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, informações nutricionais, número de lote, data de validade, quantidade do produto. O produto deverá apresentar validade mínima de 4 meses a partir da data de entrega.	Unid.	197	R\$ 3,71	R\$ 730,87	SMS-72 SMAS-125
85	FILÉ AGULHA, com rótulo de identificação da empresa, identificação da categoria e tipo de carne, com data de fabricação e prazo de validade. Embalagem de 1kg.	Kg	330	R\$ 29,30	R\$ 9.669,00	SMS-330
86	FILÉ DE PEIXE - tipo tilápia sem espinhos congelados. A embalagem deve estar intacta. Acondicionada em pacotes de 1 K g. A rotulagem deve conter no mínimo as seguintes informações: peso, data de processamento, data de validade, carimbo de inspeção estadual ou federal, procedência da carne, nome e/ou marca, lote e informações nutricionais.	Kg	50	R\$ 40,45	R\$ 2.022,50	SMAS-50
87	FILE SETE embalagens em saco plástico transparente, contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, contendo peso líquido máximo de 2 kg (dois quilos) por embalagem.	Kg	100	R\$ 30,84	R\$ 3.084,00	SMAS-100
88	FRANGO INTEIRO: Carne de frango tipo frango inteiro congelada sem miúdos, peso médio mínimo 2 kg, manipulada em condições higiênico-sanitárias, deve ser congelada e transportada à temperatura de – 18°C ou inferior; a percentagem de água ou gelo não deve ultrapassar 10% do peso; deverá ter aspecto, cheiro e sabor próprios; estar com ausência de sujidades,	Unid.	50	R\$ 32,57	R\$ 1.628,50	SMAS-50



Departamento de Licitação

	parasitas, larvas e qualquer substância contaminante que possa alterá-la ou encobrir alguma alteração; deverá ser identificado com rótulo contendo registro do produto de acordo com a legislação vigente (SIF). Deve constar na embalagem a data de fabricação e validade, procedência, informação nutricional.					
89	FUBÁ AMARELO , tipo mimoso, 100% milho. Deve conter cor e sabor característico, embalado em saco plástico atóxico, transparente, enriquecido com ferro e ácido fólico, embalagem de 1kg. Validade mínima 4 meses a partir da data de entrega.	Kg	160	R\$ 4,00	R\$ 640,00	SMS-60 SMAS-100
90	GELATINA , sabores diversos, limão, morango, uva e abacaxi, contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido. Caixa com 36 unidades de 0,85gr cada.	Caixa	404	R\$ 55,17	R\$22.288,68	SMS-384 SMAS-20
91	GELATINA ZERO AÇÚCAR - Pó para gelatina, zero açúcar, pó Solúvel, mínimo 12 gramas.	Caixa	02	R\$ 2,79	R\$ 5,58	SMAS-02
92	GENGIBRE IN NATURA : isento de sujidades, acondicionados em sacos plásticos limpos e transparentes.	Kg	03	R\$ 12,51	R\$ 37,53	SMAS-03
93	HAMBÚRGUER BOVINO - Hambúrguer; de carne bovina,(com sal); pesando 90 g cada; congelado; com aspecto, cor, cheiro e sabor próprio; livre de sujidades, larvas e parasitas; rotulo contendo, fabricação/validade/peso/carimbo do SIF. Não contendo glúten, em embalagens primárias: filme de polietileno costurado, envelopado individualmente, peso com prazo de validade mínimo de 30 dias a partir da data de entrega.	Kg	15	R\$ 30,42	R\$ 456,30	SMAS-15
94	IOGURTE COM POLPA DE FRUTAS – Iogurte com polpa de frutas (bandeja com 6 unidades de 100 gramas cada).	Bandeja	400	R\$ 7,46	R\$ 2.984,00	SMAS-400
95	IOGURTE SEM LACTOSE (SABORES VARIADOS) . Acondicionado em embalagem plástica (GARRAFA) contendo aproximadamente 900 ml. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, data de validade, quantidade do produto, número do registro no ministério da agricultura e carimbo de inspeção do SIM, SIE OU SIF. Validade mínima de 30 (trinta) dias.	Garrafa	50	R\$ 12,70	R\$ 635,00	SMAS-50
96	KETCHUP . Embalagem com identificação do produto, data de fabricação e prazo de validade, frasco com 400 g.	Unid.	50	R\$ 9,75	R\$ 487,50	SMAS-50
97	KIWI - de 1ª qualidade, in natura: Com características organolépticas (cor, odor, textura, aparência, sabor) preservadas, sem danos químicos, físicos e biológicos.	Kg	50	R\$ 20,47	R\$ 1.023,50	SMAS-50
98	LARANJA PERA , tamanho médio, grau médio de amadurecimento, com casca íntegra e firme, sem machucaduras, de 1º qualidade.	Kg	1.094	R\$ 5,24	R\$ 5.732,56	SMS-444 SME-150 SMAS-500



Departamento de Licitação

99	LEITE CONDENSADO , composto de leite integral, açúcar e lactose de consistência cremosa e textura homogênea, acondicionado em lata contendo 395gr com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade mínimo de 1 ano e peso líquido.	Unid.	440	R\$ 6,26	R\$ 2.754,40	SMS-240 SMAS-200
100	LEITE CONDENSADO ZERO LACTOSE - Especificações mínimas: Leite Condensado para dietas com restrição de lactose. Leite integral, açúcar e enzima lactase. Alérgicos: contém leite. Não contém glúten. Diabéticos: contém glicose, 395 gramas. Não contém glúten. Prazo de validade mínimo 12 meses a contar a partir da data de entrega.	Unid.	30	R\$ 8,88	R\$ 266,40	SMAS-30
101	LEITE EM PÓ INTEGRAL , enriquecido com no mínimo 7 vitaminas e minerais. Embalagem de 400gr, rendimento mínimo de 3,1 litros. As embalagens devem ser uniformes quanto ao tipo e peso para a quantidade total solicitada. Validade 8 meses ou no mínimo 90% de sua validade no ato da compra.	Pacote	366	R\$ 15,38	R\$ 5.629,08	SMS-216 SMAS-130 SMC-20
102	LEITE INTEGRAL UHT 1 LITRO , processado pelo sistema UHT/UAT; Acondicionado em embalagem íntegra, asséptica, cartonada e aluminizada, contendo 01 litro de produto. Deverá constar externamente no rótulo da embalagem os dados de identificação, procedência, informação nutricional, número de lote, data de validade, temperatura desejável, quantidade do produto, número de registro e carimbo de inspeção do SIF/DIPOA e/ou SISP e/ou SIM. O produto deverá atender a legislação vigente do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Com validade mínima de 03(três) meses, a partir da data de entrega na unidade requisitante.	Litro	4.49 2	R\$ 5,25	R\$23.583,00	SMS-2.880 SMTI-200 SME-400 SMAS-700 SMA-300 SMT-12
103	LEITE SEM LACTOSE 1LT. Leite fluido, com mais que 3% de gordura e contendo mais de 80% de lactose hidrolisada.	Litro	100	R\$ 8,85	R\$ 885,00	SMAS-100
104	LIMÃO , de 1ª qualidade, in natura. Com características cor, odor, textura, aparência, sabores preservados, sem danos químicos, físicos e biológicos. Apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. Com ausência de sujidades, parasitos e larvas.	Kg	50	R\$ 7,03	R\$ 351,50	SMAS-50
105	LINGUIÇA PURA – Características gerais: proveniente de animais abatidos sob expeção veterinário. Durante o processamento, deverão ser mantidas condições higiênicas sanitárias. Não será permitido parasitas, corpos estranhos ou qualquer outra substância contaminante que possa alterá-lo ou encobrir alguma alteração.	Kg	100	R\$ 28,94	R\$ 2.894,00	SMAS-100
106	LINGUIÇA TOSCANA , elaborada com carnes nobres suínas e condimentação natural, produto carne industrializado, obtido de carnes de animais de açougue, adicionados ou não de tecidos adiposo, ingredientes,	Kg	520	R\$ 19,50	R\$10.140,00	SMS-320 SMAS-200



Departamento de Licitação

	embutidos em envoltório natural ou artificial e submetido ao processo tecnológico adequado, produto congelado a 12°C.					
107	MAÇÃ , de 1º qualidade, unidades em torno de 110 a 135gr, aroma sabor da espécie, sem fermentos, firmes, tenras e com brilho, com grau de maturação adequado para servir.	Kg	840	R\$ 7,92	R\$ 6.652,80	SMS-240 SME-150 SMAS-450
108	MACARRÃO ESPAGUETE , com ovos, enriquecido com ferro e ácido fólico, acondicionado em pacote plástico transparente e atóxico, resistentes e não violados. A embalagem deverá conter identificação de procedência do produto, informação nutricional, número de lote, data de validade, número de registro. Peso líquido 500gr.	Pacote	610	R\$ 3,29	R\$ 2.006,90	SMS-360 SMAS-250
109	MACARRÃO PARAFUSO , sêmola tipo parafuso, acondicionado em pacote plástico transparente atóxico, resistentes e não violados. A embalagem deverá conter identificação de procedência do produto, informação nutricional, número de lote, data de validade, número do registro. Peso líquido 500gr.	Pacote	490	R\$ 3,38	R\$ 1.656,20	SMS-240 SMAS-250
110	MACARRÃO SEM GLÚTEN 500G , isento de ovos. Ingredientes: Farinha de arroz e/ou farinha de milho, podendo conter corantes naturais emulsificante. Cozimento entre 8 e 10 minutos, formato pena ou parafuso, embalagem resistente, contendo 500 gramas do produto. Validade mínima de 06 meses a contar da data de entrega.	Pacote	30	R\$ 6,62	R\$ 198,60	SMAS-30
111	MACARRÃO TIPO INSTANTÂNEO - com tempero sabores variados, em embalagens plásticas contendo aproximadamente 85 g r e tempero contendo 05 gramas.	Unid.	150	R\$ 2,14	R\$ 321,00	SMAS-150
112	MAIONESE tradicional, emulsão cremosa obtida com ovos e óleo vegetal, com adição de condimentos, substâncias comestíveis e sem corantes, de consistência cremosa, amarelo-claro, com cheiro e sabor próprio, pote com de 500 gr.	Unid.	150	R\$ 8,81	R\$ 1.321,50	SMAS-150
113	MAMÃO TIPO FORMOSA , de 1º qualidade, grau médio de amadurecimento, com casca sã, sem rupturas, características de cultivo bem definidos, bem formados e em perfeitas condições de conservação e maturação.	Kg	370	R\$ 6,91	R\$ 2.556,70	SMS-120 SME-150 SMAS-100
114	MANDIOCA - em perfeito estado de conservação, descascada e embalada a vácuo, embalagem de 1 kg, mandioca congelada, selecionada de ótima qualidade, compacta, firme, coloração uniforme, aroma, cor típicos da espécie, em perfeito estado de desenvolvimento, não serão permitidos danos que lhe alterem a conformação e a aparência. Necessita estar isenta de sujidades, parasitas, rachaduras, cortes e perfurações.	Kg	280	R\$ 7,53	R\$ 2.108,40	SMS-80 SMAS-200
115	MANGA TOMMY , de 1º qualidade, grau médio de amadurecimento, com casca sã, sem rupturas, características de cultivo bem definidas, bem formados e em perfeitas condições de conservação e maturação.	Kg	260	R\$ 6,96	R\$ 1.809,60	SMS-60 SME-100 SMAS-100
116	MARACUJÁ – azedo; de primeira; tamanho e coloração uniforme; devendo ser bem desenvolvido e maduro; Com polpa intacta e firme; livre de resíduos de	Kg	50	R\$ 13,50	R\$ 675,00	SMAS-50



	Fertilizantes sujidades, parasitos e larvas; sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e Transporte. Devem ser acondicionados em sacos plásticos limpos e transparentes					
117	MARGARINA LIVRE de gorduras trans, produzida exclusivamente de gordura vegetal, com adição de sal, em potes de polipropileno com lacre de papel aluminizado entre a tampa e o pote, resistentes, que garantam a integridade do produto até o momento do consumo contendo peso líquido de 500 g. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e precedência, informação nutricional, validade, quantidade do produto e número do registro. O produto deverá apresentar validade mínima de 06 meses, com data de fabricação e validade.	Unid.	516	R\$ 6,60	R\$ 3.405,60	SMS-216 SMAS-300
118	MARGARINA SEM GLÚTEN: Óleos vegetais líquidos e modificados, água, sal, Estabilizante: Lecitina de soja, Aromatizante: Aroma natural, Antioxidantes: Mistura concentrada de tocoferóis e ácido cítrico, Corantes: Urucum e cúrcuma. Não contenha glúten. Marca equivalente a Qualy vegê.	Pote	15	R\$ 14,12	R\$ 211,80	SMAS-15
119	MEL DE ABELHA - Mel puro, de abelha, a embalagem deverá conter identificação de procedência do produto, informação nutricional, número do lote, data de validade pote com 500 gramas.	Pote	15	R\$ 22,11	R\$ 331,65	SMAS-15
120	MELANCIA , de 1º qualidade, casca lisa e brilhante, sem rupturas, características de cultivo bem definidas, com coloração própria, livre de danos mecânicos.	Kg	560	R\$ 2,79	R\$ 1.562,40	SMS-60 SMAS-500
121	MELÃO - amarelo; de primeira; tamanho e coloração uniformes; devendo ser bem desenvolvido e maduro; com polpa intacta e firme.	Kg	50	R\$ 8,12	R\$ 406,00	SMAS-50
122	MELHORADOR DE FARINHA , para pães de longa fermentação composição; Amido de milho, estabilizantes: poli sorbato 80, estearol lactilato de sódio e melhoradores de farinha: azodicarbonamida, ácido ascórbico e alfa-amilase. Pacote com 300 gramas.	Pacote	30	R\$ 17,78	R\$ 533,40	SMAS-30
123	MILHO PARA PIPOCA , embalagem com 500gr, tipo 1. Validade mínima de 6 meses a partir da data de entrega.	Unid.	296	R\$ 4,74	R\$ 1.403,04	SMS-100 SME-40 SMAS-150 SMT-06
124	MILHO VERDE EM CONSERVA , 200gr. Contendo identificação do produto, data de fabricação e prazo de validade, com registro no Ministério da Saúde.	Unid.	372	R\$ 4,05	R\$ 1.506,60	SMS-72 SMAS-300
125	MILHO VERDE ESPIGA: in natura, de 1ª qualidade, desprovido de palha, espigas com tamanho médio, grãos macios, isentas partes pútridas. Deverá estar livre de sujidades, sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte ou outros defeitos que possam alterar sua aparência e qualidade. Embalados em bandejas de isopor envoltos com plástico filme PVC, contendo de 5 a 6 espigas.	Bandeja	50	R\$ 8,71	R\$ 435,50	SMAS-50
126	MIX DE FARINHAS SEM GLÚTEN , embalagem de 1kg. Produto destinado às crianças alérgicas ao glúten. Podendo conter: farinha de arroz, farinha/fécula de	Pacote	25	R\$ 31,23	R\$ 780,75	SMAS-25



Departamento de Licitação

	mandioca, fécula de batata, amidos e goma xantana. Embalagem resistente e contendo todos os dados de fabricação, lote e validade. Validade mínima de 06 meses a contar da data de entrega.					
127	MOELA DE FRANGO , embalagem de 1 kg, sem o revestimento interno e sem resíduos, limpo e congelado. Na embalagem deverá constar nome e marca do produto, nome e endereço do fabricante, data de fabricação e prazo de validade, nº do lote e carimbo do SIF (Serviço de Inspeção Federal) ou SISP (Serviço de Inspeção Estadual).	Kg	50	R\$ 11,53	R\$ 576,50	SMAS-50
128	MORANGO , de 1ª qualidade, grau de maturação adequado para servir. Deverão ser entregues em bandejas plásticas transparentes, atóxicas e com tampas. Contendo entre 500 g a 1 kg do produto.	Kg	125	R\$ 23,83	R\$ 2.978,75	SME-100 SMAS-25
129	MORTADELA FATIADA sem gordura, aspecto próprio, não amolecido, nem pegajoso, cor sabor e cheiro próprio, sem manchas esverdeadas. Ausência de sujidades, larvas e parasitas. Certificado de inspeção sanitária, data de fabricação e validade, SIF, peso, marca e carimbos oficiais de acordo com as portarias do ministério da agricultura e vigilância sanitária. No ato da entrega apresentar temperatura entre 0° e 4°C.	Kg	100	R\$ 21,80	R\$ 2.180,00	SMAS-100
130	MÚSCULO SEM OSSO - Carne bovina corte músculo, porção em cubas, isento de aditivos ou substâncias estranhas que sejam impróprias ao consumo e que alterem suas características naturais(físicas, químicas e organolépticas).Deverá ser acondicionada em embalagem primária constituída de plástico atóxico transparente, isenta de sujidades e ou ação de microrganismo. Devidamente selada, com especificação de peso, validade, do produto e marca/procedência. Validade a vencer de no mínimo 3 meses da entrega. No ato da entrega apresentar temperatura entre 0° e 4°C.	Kg	420	R\$ 31,42	R\$13.196,40	SMS-270 SMAS-150
131	NATA – Creme de leite pasteurizado, registro no ministério da agricultura validade de 7 dias. Deverá aparecer o peso do produto na embalagem (pote 300gr) embalagem nova resfriada os potes devem estar bem lacrados.	Pote	100	R\$ 13,73	R\$ 1.373,00	SMAS-100
132	ÓLEO DE SOJA 900ML , deverá apresentar aspecto, cheiro, sabor e cor peculiares e isento de ranço e outras características indesejáveis. Deverá apresentar as indicações correspondentes a classificação, designação refinado. Deve ser embalado em garrafas plásticas, resistentes que garantam a integridade do produto, prazo de validade mínima de 6 meses a contar da data de recebimento.	Unid.	652	R\$ 6,90	R\$ 4.498,80	SMS-176 SME-20 SMAS-450 SMT-06
133	OVOS DE GALINHA BRANCOS , "tipo grande", com casca lisa, limpos e sem trincas, embalagem com 12 unidades, em caixa de papelão com registro no Ministério da Agricultura e/ou SIF e/ou CISPOA.	Duzia	498	R\$ 8,89	R\$ 4.427,22	SMS-168 SMAS-330
134	PEITO DE FRANGO , cortes congelados e não temperados, acondicionados em embalagem plástica. Isenta de penas, com ossos, congelada, hermeticamente	Kg	486	R\$ 18,92	R\$ 9.195,12	SMS-236 SMAS-250



Departamento de Licitação

	fechado e rotulado conforme legislação sanitária vigente, sendo tolerada a variação de até 8% no peso líquido do produto descongelado em relação ao peso congelado. Inspeccionado pelo Ministério da Agricultura S.I.F. ou S.I.E.					
135	PEPINO , verde-escuro, liso, tamanho médio e coloração uniforme, com polpa intacta, sem defeitos graves, categoria extra.	Kg	292	R\$ 4,75	R\$ 1.387,00	SMS-192 SMAS-100
136	PERNIL SUÍNO , produto obtido a partir de pernil sem osso, isento de pele, cartilagens, veias, aponevroses, intestinos, tendões, fragmentos de ossos ou outros tecidos inferiores. Deve apresentar-se cortado em tiras de tamanho uniforme. Não pode conter: corantes artificiais, aromatizantes artificiais, conservantes, molhos, pimenta e condimentos. Temperatura 18°C.	Kg	210	R\$ 17,42	R\$ 3.658,20	SMS-60 SMAS-150
137	PÊSSEGO , de 1ª qualidade, in natura: Com características organolépticas (cor, odor, textura, aparência, sabor) preservadas, sem danos químicos, físicos e biológicos.	Kg	60	R\$ 14,12	R\$ 847,20	SMAS-60
138	PICADINHO BOVINO S/ OSSO , carne bovina, resfriada, cortada em cubos pequenos, sem gordura aparente. A embalagem do produto deverá ser sacos de polietileno de baixa densidade, lacrado, resistente ao transporte e armazenamento, contendo peso líquido máximo de 2kg por embalagem e devem ser identificadas com o nome do produto, peso e data de validade. No ato da entrega apresentar temperatura entre 0° e 4°C.	Kg	180	R\$ 30,05	R\$ 5.409,00	SMS-80 SMAS-100
139	PIMENTA DO REINO EM PÓ , saleiro com 35 gramas, pimenta do reino moída, de boa qualidade, pura, seca, fina, sem grumos ou condição estranha ao produto, livre de sujidades, parasitas, fungos e bolores de cor uniforme, odor característico, embalagem com os dados de identificação e procedência, data de fabricação e prazo de validade. Acondicionado em embalagem lacrada, resistente, limpa e não violada. Prazo de validade mínimo: 1 ano a partir da data de entrega.	Unid.	10	R\$ 4,21	R\$ 42,10	SMAS-10
140	PIMENTÃO VERDE - de primeira qualidade, tamanho médio e aspecto fresco. Destinado ao consumo in natura, devendo se apresentar fresco, ter atingido o grau ideal de tamanho, aroma, cor e sabor próprios da variedade, apresentar grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo imediato e mediato. Devem ser acondicionados em sacos plásticos limpos e transparentes.	Kg	80	R\$ 8,95	R\$ 716,00	SMS-50 SMAS-30
141	PIMENTÃO VERMELHO - de 1ª qualidade, in natura: Com características de cor, odor, textura, aparência, sabores preservados, sem danos químicos, físicos e biológicos.	Kg	30	R\$ 15,26	R\$ 457,80	SMAS-30
142	POLVILHO AZEDO , tipo azedo, coloração branca, isento de sujidades, com validade mínima de 9 meses a contar da data de entrega. Embalagem de 500gr.	Pacote	90	R\$ 6,61	R\$ 594,90	SMS-40 SMAS-50
143	POLVILHO DOCE , tipo doce, coloração branca, com	Pacote	90	R\$ 5,83	R\$ 524,70	SMS-40



	identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade. Embalagem de 500gr.					SMAS-50
144	PREPARO PARA REFRESCO , com 1% de poupa de fruta desidratada e fonte de vitamina C, sabores diversos, laranja, uva, abacaxi, pêssego, limão, manga e maracujá. Embalagem de 1 kg, contendo identificação de produto, marca do fabricante e prazo de validade.	Pacote	850	R\$ 12,63	R\$10.735,50	SMS-500 SMAS-350
145	PRESUNTO COZIDO FATIADO , cozido, de carne suína, sem capa de gordura, hermeticamente embalado, inspecionado pela S.I.F. devendo constar de sua embalagem a indicação de tal inspeção, data de validade a data de sua fabricação e sua informação nutricional, apresentar ótima aparência, odor natural e característico do produto, ótimas condições de conservação. O produto deverá apresentar ótimas condições de fatiação, dispensando fatias uniformes e regulares, exatamente igual ao formato da peça apresentada. No ato da entrega apresentar temperatura entre 0° e 4°C.	Kg	220	R\$ 28,96	R\$ 6.371,20	SMS-50 SMAS-170
146	QUEIJO MUSSARELA FATIADO , de leite de vaca de boa qualidade, não prensado, de consistência semidura, rígida, textura compacta, com odor e sabor suave e levemente salgado, condicionado, hermeticamente fechado. No ato da entrega apresentar temperatura entre 0° a 4°C.	Kg	430	R\$ 47,50	R\$20.425,00	SMS-260 SMAS-170
147	QUIRERA AMARELA - quirera de milho amarelo. Não deverá apresentar resíduos, impurezas, bolor ou cheiro não característico. Deve ser fabricada com matérias-primas sãs e limpas, isentas de matéria terrosa, parasitas. Deverá estar em perfeito estado de conservação. Embalagem primária de até 1 kg de polietileno transparente atóxico, hermeticamente vedado e intacto. Fabricação máxima de 30 dias antes da entrega. Validade de no mínimo 6 meses a partir da data de entrega. Deve conter registro no ministério da saúde.	Pacote	300	R\$ 4,10	R\$ 1.230,00	SMS-200 SMAS-100
148	REFRIGERANTE - contendo marca do fabricante. De primeira qualidade, embalagens de 2 litros nos sabores laranja, guaraná e cola. Fardo com 6 unidades.	Fardo	580	R\$ 36,52	R\$21.181,60	SMS-400 SME-100 SMAS-80
149	REPOLHO VERDE , tamanho médio, 1° qualidade, cabeças fechadas, sem ferimentos ou defeitos, tenros, sem manchas e com coloração uniforme. Livres de terras nas folhas externas.	Unid.	408	R\$ 4,59	R\$ 1.872,72	SMS-288 SMAS-120
150	SAGU , 500gr, deverá ser acondicionado em saco plástico transparente, atóxico, não violado e resistente a manipulação e transporte, contendo dados de procedência, lote e validade. O produto deverá apresentar validade mínima de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante.	Pacote	105	R\$ 7,19	R\$ 754,95	SMS-30 SMAS-75
151	SAL AMONÍACO : Produto de primeira qualidade deverá apresentar-se livre de parasitas e de qualquer substância contaminante, sem traços brancos ou mofo. Embalagem plástica tóxica atóxica, intacta, contendo informações sobre o produto, informações nutricionais e prazo de validade, com mínimo 40gr.	Pacote	20	R\$ 3,20	R\$ 64,00	SMAS-20
152	SAL GROSSO - Sal grosso, iodado, com no mínimo	Kg	10	R\$ 3,13	R\$ 31,30	SMAS-10



	96,95% de cloreto de sódio e sais de iodo, acondicionado em saco de polietileno, resistente e vedado pacote 01 kg.					
153	SAL IODADO , embalagens de 1 kg de polietileno transparente. Com granulação uniforme e com cristais brancos. No mínimo 58,5% de cloreto de sódio e com dosagem de saia de iodo não tóxico de no mínimo 10 mg e no máximo de 15 mg de iodo por kg. De acordo com o preconizado pelas regulamentações da ANVISA. Deve conter data de validade e fabricação na embalagem. Validade de 12 meses a partir da data de entrega.	Pacote	110	R\$ 2,05	R\$ 225,50	SMS-48 SMAS-60 SMT-02
154	SALSICHA , resfriado em embalagem plástica flexível, atóxica, resistente e transparente, contendo 1kg e no rótulo apresentar a identificação da empresa, com prazo de validade e fabricação. O produto deve ter registro no Ministério da Agricultura ou S.I.F. No ato da entrega apresentar temperatura 0° e 4°C.	Kg	536	R\$ 15,18	R\$ 8.136,48	SMS-336 SMAS-200
155	SARDINHA – lata 80gr, em óleo conservante comestível, inteiro, com identificação do produto, marca do fabricante e prazo de validade mínima de 12 meses, devesse conter registro no Ministério competente, embalagem em perfeitas condições: sem machucões e/ou ferrugem.	Lata	100	R\$ 5,49	R\$ 549,00	SMAS-100
156	TEMPERO COLORAU : Alimento a base de urucum; Características adicionais: Em pó, sem sal, produtos temperadores e geradores de cor para as refeições, Registrado no Ministério da Agricultura; Prazo de validade: Mínimo 24 meses. Embalagem mínima de (100g).	Pacote	12	R\$ 3,87	R\$ 46,44	SMAS-12
157	TEMPERO PRONTO , composto por alho e sal com polpa de alho natural, embalagem de 300gr.	Unid.	148	R\$ 4,58	R\$ 677,84	SMS-48 SMAS-100
158	TOMATE , grau médio de amadurecimento, de 1° qualidade, características do cultivo bem definidas, deverão estar fisiologicamente desenvolvidos, bem formados, limpos, com coloração própria, livres de danos mecânicos, fisiológicos e pragas e estarem em perfeitas condições de conservação e maturação.	Kg	638	R\$ 6,27	R\$ 4.000,26	SMS-288 SMAS-350
159	TORRESMO - Torresmo pré frito pacote 200 Gramas.	Pacote	50	R\$ 12,10	R\$ 605,00	SMAS-50
160	UVA ITÁLIA , de 1° qualidade, grau de maturação adequado para servir.	Kg	100	R\$ 15,34	R\$ 1.534,00	SMTI-100
161	VINAGRE , ácido acético obtido mediante fermentação acética de soluções aquosas de álcool, procedente principalmente de matérias agrícolas. Padronizado, refiltrado, pasteurizado e envasado para a distribuição e envasado para a distribuição no comércio geral. Embalagem plástica, sem corantes, sem essência e sem adição de açúcares. Embalagem 900ml.	Unid.	148	R\$ 2,45	R\$ 362,60	SMS-48 SMAS-100
				TOTAL	R\$ 514.204,10	

8.1. DO VALOR MÁXIMO ADMITIDO PARA A LICITAÇÃO



8.1.1. O valor total máximo admitido para a licitação será de: **R\$ 514.204,10 (quinhentos e quatorze mil e duzentos e quatro reais e dez centavos).**

9. DOS PREÇOS REFERENCIAIS

9.1. Os valores referenciais do presente Termo foram coletados na Divisão de Orçamentos do Departamento de Licitação, sendo desta a total responsabilidade quanto às informações, e representam o preço médio dos orçamentos, conforme anexos que integram o processo inaugural.

10. DA NATUREZA E GARANTIA DO SERVIÇO

10.1. Natureza: Bem de natureza não continuada;

10.2. Garantia: Se aplica.

10.2.1. Os fornecedores deverão garantir integridade dos produtos por 03 (três) meses a partir da data de entrega;

10.2.2. Produtos com embalagens apresentando defeitos de impressão e vedação (com impossibilidade de visualização no ato da entrega devido à embalagem secundária ou terciária) deverão ser substituídas em **prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.**

11. PROVA DE QUALIDADE, RENDIMENTO, DURABILIDADE E SEGURANÇA DO OBJETO

11.1. Não se aplica.

12. DAS AMOSTRAS DOS PRODUTOS

12.1. Não se aplica.

13. HAVERÁ ASSISTÊNCIA TÉCNICA

13.1. Não se aplica.



14. FORMA DE CONTRATAÇÃO

14.1. Pregão Eletrônico.

15. DO CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS

15.1. Menor preço por ITEM.

16. DO REGISTRO DE PREÇOS

16.1. Aplica-se por se tratar de objeto de natureza divisível, de aquisição parcelada e incerteza de quantidade consumida.

17. DO SIGILO NO ORÇAMENTO ESTIMADO

17.1. Não se aplica.

18. DA PREFERÊNCIA PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

18.1. Se aplica.

19. DA VISITA AOS LOCAIS DOS SERVIÇOS

19.1. Não se aplica.

20. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

20.1. Apresentar Licença Sanitária do estabelecimento.

21. DOS CRITÉRIO DE SUSTENTABILIDADE

21.1. Não se aplica.



22. DOS RISCOS A SEREM ASSUMIDOS PELA DETENTORA DA ARP

22.1. Não se aplica, visto que o processo não apresenta análise de risco.

23. DA GARANTIA PARA HABILITAÇÃO OU CONTRATUAL

23.1. Mediante comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, comprovação de qualificação econômico-financeira e demais comprovações eventualmente solicitadas no Edital.

24. DO PRAZO, LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA

24.1. A empresa fica obrigada a entregar os objetos, quando solicitado através de Nota de Empenho - NE, nas condições estabelecidas neste Termo de Referência no prazo máximo de **15 (quinze) dias corridos**, contadas do recebimento da respectiva Nota;

24.2. O envio da Nota de Empenho à Contratada poderá ser efetivado via e-mail ou qualquer outro meio de comunicação;

24.3. Os produtos serão entregues de forma fracionada, de acordo com as quantidades estipuladas nos empenhos de cada secretaria solicitante;

24.4. Em caso de dúvida sobre a autenticidade e/ou qualidade do objeto, o fornecedor se compromete a arcar com os custos dos objetos licitados, recolhendo e substituindo o material em desacordo com edital;

24.5. Os produtos deverão ser entregues acondicionados adequadamente, de forma a permitir completa segurança durante o transporte;

24.6. O fornecedor será advertido, por escrito no caso de ocorrência de pequenas irregularidades, como por exemplo, reincidência no atraso sem justa causa, produtos fora das características de identidade, que geram devolução e a não reposição em tempo hábil para aplicação dentro do planejamento;

24.7. Local de ENTREGA:

24.7.1. Secretaria de Educação: A entrega dos itens quando solicitada, deverá ser entregues na Secretaria Municipal de Educação, localizada na Rua Capitão João Alves David, Nº15, Centro – Prudentópolis – PR, CEP: 84400-000, no período das 08:00 às 12:00 horas e das 13:00 às 17:00 horas de segunda a sexta-feira.

24.7.2. Das demais secretarias a entrega dos objetos deverá ser na **Central de Recebimento da**



Contratante, situada à Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 923, esquina com a Rua Dr. Ozório Guimarães - Centro, no Município de Prudentópolis – PR, no horário de expediente compreendido entre 08h00 às 12h00 e entre 13h00 às 17h00 horas de segunda a sexta-feira.

24.7.3. É de responsabilidade da Contratada acompanhar quanto ao calendário de feriados do Município de Prudentópolis, para fins de entrega do objeto.

25. DO PRAZO DE VIGÊNCIA DA ARP

25.1. A vigência da ARP será de 12 (doze) meses, contados a partir da data da assinatura do contrato.

26. DO PAGAMENTO

26.1. O pagamento da presente licitação será efetuado em até 30 (Trinta) dias, após a entrega do objeto, mediante apresentação da nota fiscal, devidamente acompanhada pelas certidões negativas de débitos junto ao FGTS, Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e CNDT;

I. Ocorrendo atraso no pagamento, em relação ao prazo previsto no §1º desde que este não decorra de ato ou fato atribuível à contratada, aplicar-se-á o índice do IPCA pro rata diem, a título de compensação financeira que será o produto resultante do mesmo índice do dia anterior ao pagamento, multiplicado pelo número de dias de atraso do mês correspondente, repetindo-se a operação a cada mês de atraso.

II. Por eventuais atrasos injustificados no pagamento devido à contratada, esta fará jus a juros moratórios de 0,01667% ao dia, alcançando-se 6% ao ano.

26.2. O pagamento será feito após a liquidação da Nota Fiscal discriminada de acordo com o objeto da ARP e Requisição de Empenho, contendo documentação de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista:

I) O tipo de Nota Fiscal a ser emitida deverá ser compatível com o objeto da ARP;

II) Caso se verifique erro na emissão da fatura, a mesma deverá ser cancelada, corrigida ou substituída, conforme o caso;

26.3. A Detentora da ARP suportará o ônus decorrente do atraso, caso a nota fiscal/fatura contenha vícios ou incorreções que impossibilitem o pagamento no prazo estipulado em ARP;

26.4. Os pagamentos serão efetuados somente após a fiscalização e aceite do fiscal da ARP;

I) A fiscalização deverá basear-se nos produtos entregues e será feita pelo fiscal do Contrato;



26.5. O pagamento poderá ser sustado, no todo ou em parte, no caso de:

- a) execução em desacordo com o avençado;
- b) existência de débito de qualquer natureza com o Município de Prudentópolis;
- c) não ter havido manutenção de todas as condições de qualificação exigidas na ARP;

26.6. A (s) proponente (s) vencedora (s) deverá apresentar nota fiscal do objeto e na mesma deverá constar a modalidade da licitação com o respectivo número e o nº do ARP (**Pregão Eletrônico 000/0000 e Ata de Registro de Preços nº 000/0000**);

26.7. Na nota fiscal deverá constar o ATESTO do encarregado responsável pelo recebimento dos produtos, inclusive conter seu nome legível para fins de registro na liquidação da despesa;

I) Em caso de não constar esses dados, a nota não será Liquidada;

A Nota Fiscal deverá obrigatoriamente ser emitida em nome da:

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRUDENTÓPOLIS

CNPJ nº 77003424/0001-34

Rua Conselheiro Rui Barbosa, nº 801 – Centro

PRUDENTÓPOLIS – PR

CEP: 84.400-000

26.8. Serão retidos os tributos, de acordo com o tipo de serviço realizado, observando as legislações pertinentes;

I – Os tributos a serem retidos pelo Município de Prudentópolis:

- a) Contribuição Social Previdenciária (INSS), conforme o caso, observada a legislação vigente, bem como a IN RFB nº 971, de 2009;
- b) Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISS), conforme o caso, observada a Lei Municipal nº 1385/2003 e suas alterações;
- c) Imposto de Renda (IR), conforme o caso, observada a legislação vigente, conforme Decreto Municipal nº 469/2023, de 28 de agosto de 2023;

II - O Município deverá fazer o destaque das retenções na Nota Fiscal, bem como a base de cálculo e as alíquotas para cada um dos tributos incidentes, conforme previsto em lei. A fatura deverá ser apresentada no Setor de Compras, devidamente identificados, o número da licitação da ATA;



26.9. Os pagamentos aos fornecedores de bens, materiais e serviços para a Prefeitura Municipal de Prudentópolis, serão efetuados unicamente por meios eletrônicos ofertados pelo sistema bancário na forma de créditos, ordem bancária, transferência eletrônica ou por outros serviços da mesma natureza, disponibilizados pelas instituições financeiras, sendo vedada a utilização de cheques, conforme artigo 45 da Instrução Normativa nº 58/2011 do TCE/PR. Sendo obrigação da Detentora da ARP informar ao Departamento de Tesouraria a conta bancária para pagamento.

27. DA ALTERAÇÃO DOS PREÇOS

27.1. Os preços contratados serão alterados, para mais ou para menos, conforme o caso, se houver, após a data da apresentação da proposta, criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços contratados (Art. 134 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021).

28. DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

28.1. A **fiscalização** do contrato ficará a cargo:

28.1.1. Central da Educação: Sra. Carolina Woichik Fenke e a Sra. Tatiane Iwanciw.

28.1.2. Central Recebimento de Prudentópolis: Comissão de Recebimento conforme o **Decreto 594/2023 de 07 de novembro de 2023.**

28.1.3. Os quais terão entre outras, as seguintes atribuições:

28.2. Ler minuciosamente a ARP, conhecer o objeto, bem como sobre todas as ocorrências relacionadas à sua execução;

28.1.1. Zelar para que o objeto da contratação seja fielmente executado conforme o ajustado em ARP;

28.1.2. Anotar em documento próprio as ocorrências;

28.1.3. Determinar a correção de falhas ou defeitos;

28.1.4. Aplicar à Detentora da ARP as sanções administrativas de sua competência;

28.1.5. Encaminhar à autoridade superior as providências cuja aplicação ultrapasse o seu nível de competência;

28.1.6. A gestão do(s) contrato(s) ficará a cargo das Pastas solicitantes;



28.1.7. Ficam os Fiscais, Central Recebimento de Prudentópolis e os Gestores da Ata de Registro de Preços cientes da publicação da mesma após as devidas assinaturas e também da responsabilidade em acessar as devidas cópias que serão disponibilizadas no Site Oficial do Município pela Divisão de Contratos;

28.1.8. Ciente das funções relativas à fiscalização da ARP resultante do presente Processo, o fiscal assina no processo inicial.

29. DAS OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA DE PRUDENTÓPOLIS

29.1. A Contratante obriga-se a:

29.1.1. Exigir da Contratada o fiel cumprimento do Edital e ARP;

29.1.2. Prestar as informações e esclarecimentos necessários à Detentora da Ata para que esta possa fornecer os produtos dentro do prazo e normas estabelecidos no instrumento de Contrato;

29.1.3. Atestar o recebimento do objeto contratado, notificando a Detentora da ARP quando verificado algum problema;

29.1.4. Solicitar a substituição do objeto contratado que esteja em desacordo com a especificação ou apresentar defeito no todo ou em parte;

29.1.5. Disponibilizar todas as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA com relação ao objeto deste processo;

29.1.6. Efetuar o pagamento na forma e prazo estabelecido na ARP.

30. DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DA ARP

30.1. A Detentora da ARP obriga-se a:

30.2. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, no prazo indicado pela Contratante, em estrita observância das especificações da Ata de Registro de Preços e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal eletrônica constando detalhadamente as indicações do produto, fabricante, tipo, procedência e prazo de garantia;

30.3. Manter durante toda a execução da Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de Habilitação e Qualificação exigidas no processo licitatório;



30.3. Assegurar à Prefeitura de Prudentópolis o direito de fiscalizar, sustar, recusar, mandar desfazer ou refazer qualquer fornecimento que não esteja de acordo com as normas ou especificações técnicas, hipótese em que as despesas decorrentes ficarão a cargo da Detentora da ARP, certo que, em nenhuma hipótese, a falta de fiscalização da Prefeitura de Prudentópolis eximirá a Detentora da ARP de suas responsabilidades provenientes;

30.4. Cumprir e fazer cumprir todos os prazos e condições estabelecidos neste Instrumento, no Edital e demais anexos, sujeitando-se, inclusive, às penalidades decorrentes do descumprimento de quaisquer de suas cláusulas;

30.5. Responsabilizar-se por todo e qualquer dano causado à Prefeitura de Prudentópolis e/ou a terceiros, resultante do fornecimento de objeto de baixa qualidade ou incompatível com as especificações exigidas para seu uso;

30.6. A Detentora da ARP não poderá, em nenhuma hipótese, fornecer o objeto para a Prefeitura de Prudentópolis sem prévia emissão da correspondente Requisição de Empenho;

30.7. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, as obrigações assumidas na Ata de Registro de Preços, salvo com expressa do Município.

31. DAS SANÇÕES

31.1. Em caso de inexecução parcial ou total das condições pactuadas, erro ou mora na entrega do material ou execução do serviço, garantida a prévia defesa, ficará a Contratada sujeita às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e demais legislação pertinente, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal que seu ato ensejar.

32. DA CLÁUSULA ANTIFRAUDE E CORRUPÇÃO

32.1. Os licitantes devem observar e a Contratada deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida a subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual;

32.2. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

32.2.1. “prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

32.2.2. “prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o



processo de licitação ou de execução de contrato;

32.2.3. “prática colusiva”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

32.2.4. “prática coercitiva”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;

32.2.5. “prática obstrutiva”:

(i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste Edital:

(ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção;

32.3. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo;

32.4. Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

33. DA PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA

33.1. Conforme indicação do Departamento de Contabilidade.

33.1.2. Sugestão da Secretaria de Assistência Social:

Gestão do Fundo Municipal de Assistência Social.



09.002.08.244.2090.2071.3.3.90.30.00.00

Fonte: 815, 000

Manutenção das Atividades da Proteção Social Especial.

09.002.08.244.2090.2072.3.3.90.30.00.00

Fonte: 947, 1011, 000

Manutenção das Atividades da Proteção Social Básica.

09.002.08.244.2090.2073.3.3.90.30.00.00

Fonte: 817

34. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

34.1. O objeto só poderá ser entregue quando solicitado, não obrigando a Prefeitura Municipal de Prudentópolis a contratar integralmente o valor licitado;

34.2. A ARP poderá ser rescindida pela Contratante, de acordo com as hipóteses previstas na Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo das penalidades e sanções previstas no Edital, bem como das medidas legais cabíveis;

34.3. Situações não relacionadas neste Termo de Referência serão avaliadas observando o disposto na Lei nº 14.133/2021 e suas alterações.

35. DA APROVAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

35.1. Os Secretários das pastas solicitantes, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Lei nº 14.133/2021, declara que leu, conhece e aprova integralmente o presente Termo de Referência.



ANEXO II
MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO

Dados da Empresa:	(CNPJ, razão social, endereço, telefone, correio eletrônico, nome do representante legal da empresa, nome do responsável pela assinatura DA Ata de RP, número de telefone, fixo e/ou celular)				
Dados para Pagamento:	(Banco, agência, número da conta corrente, praça de pagamento)				
Lote/Item	Descrição Marca Fabricante Modelo	Unidade	Quant	Valor Unitário(R\$)	Valor Total (R\$)
Valor Total da Proposta					R\$

Validade da proposta: Valor máximo por extenso: Prazo de Entrega:

Local e data.

(assinatura do responsável)



ANEXO III
MINUTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº-----/2024

Ata de Registro de Preços firmada entre o Município de Prudentópolis e ----- conforme licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 000/2024.

O Município de Prudentópolis, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com inscrição no CNPJ sob nº 77.003.424/0001-34, sediada à Rua Rui Barbosa, 801, nesta cidade, devidamente representada pelo seu Prefeito Municipal Osnei Stadler, brasileiro, casado, portador de RG nº 5.578.561-9/Pr e inscrito no CPF sob nº 678.754.409-04, residente e domiciliado na Rua Capitão Francisco Durski Silva, 1049, nesta cidade, doravante nesta Ata de RP denominada simplesmente de GERENCIADOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO; e de outro lado _____, denominada REGISTRADA, acordam em registrar os preços indicados na presente ata de registro de preços, sujeitando-se as partes às normas constantes no Art. 82 da Lei 14133/2021 e demais legislação aplicável, Instrução Normativa SEGES/ME73/2022, Decreto Federal nº 11.462, de 31 de março de 2023 referente ao Sistema de Registro de Preço, Lei 12.846/2013, Código de Defesa do Consumidor, Decreto nº 10.024 de 20 de setembro de 2019, em conformidade as condições constantes do Edital de **Pregão Eletrônico nº 000/2024**, pelos termos da proposta da registrada e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Registro de preço para aquisição de gêneros alimentícios perecíveis e não perecíveis.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS E QUANTITATIVOS

§1º. Em decorrência da proposta apresentada e homologada, ficam registrados os preços indicados a seguir:

§2º. A Prefeitura Municipal de Prudentópolis pagará a Empresa Registrada o valor de R\$



(.....), discriminado da seguinte forma:

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VINCULAÇÃO

§1º. A presente contratação vincula-se aos termos e condições fixadas no Edital da licitação na modalidade de **Pregão sob o número/2024**, regularmente tramitada nos autos do Processo Administrativo, contendo como documentos integrantes, como se nela estivessem transcritos, cujos teores consideram-se conhecidos e acatados pelas partes, sem prejuízos da aplicação de normas técnicas e legislação vigentes relativa ao objeto contratual, particularmente quanto a(ao):

- I. Edital de Licitação, bem como todos os seus anexos;
- II. Termo de referência, bem como todos os seus anexos; e,
- III. Proposta da registrada e seus anexos.

CLÁUSULA QUARTA – DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇO

§1º. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

- I. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
- II. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
- III. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

§2º. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

- I. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

§3º. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

§4º. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

§5º. Dos limites para as adesões



- I. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços.
- II. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.
- III. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item I, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

§6º. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

CLÁUSULA QUINTA– DA VIGÊNCIA, FORMALIZAÇÃO E CADASTRO RESERVA

§1º. Esta Ata de Registro de Preços, documento vinculante para o Contratado, terá a vigência de 12 (doze) meses, podendo este prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, desde que demonstrada a vantajosidade, com efeitos a contar da publicação do extrato da ata no Diário Oficial do Estado.

§2º. No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original.

§3º. O ato de prorrogação da vigência da ata deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação e o quantitativo renovado.

§4º. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

I. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

§5º. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

I. O instrumento contratual deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

§6º. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.



§7º. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

§8º. Haverá cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

§9º. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

- I. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação direta; e
- II. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços.

§10º. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

§11º. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, poderá:

- I. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
- II. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

§12º. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar.

CLÁUSULA SEXTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

§1º. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o órgão gerenciador pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

§2º. A subcontratação depende de autorização prévia do Município, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

- I. A empresa contratada apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.



§3º. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA REVISÃO DOS PREÇOS

§1º. Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses previstas no Art. 124 inciso II alínea “d” da Lei 14133/2021.

§2º. A Ata de Registro de preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas nos artigos 124 a 136 da Lei 14133/2021.

§3º. O preço registrado poderá ser revisto, por iniciativa do município, em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou a pedido do fornecedor, em razão de fato superveniente que eleve o custo do objeto registrado, desde que autorizado pela autoridade competente e desde que apresentadas as devidas justificativas, podendo o município, se julgar conveniente, optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

§4º. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o município convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

I. O fornecedor que não aceitar reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

II. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

§5º. Para se habilitar à revisão dos preços, o interessado deverá formular pedido, mediante requerimento protocolado, devidamente fundamentado, e acompanhado dos seguintes documentos:

I. Planilha de composição do novo preço, com os mesmos elementos formadores dos preços originalmente registrados, devidamente assinada sobre carimbo da empresa;

II – Cópia da(s) Nota(s) Fiscal(is) dos elementos formadores do novo preço;

III – Cópia da(s) Nota(s) Fiscal(is) dos elementos formadores do preço original na época da apresentação das propostas;

IV – Outros documentos que comprovem o direito ao reequilíbrio, como por exemplo: demonstrativo de que a alteração dos custos foi superior aos índices oficiais de inflação; histórico de preços do mercado; histórico



de preços de compras anteriores da própria Administração Pública; matérias de jornais que constatem tratar-se de elevação extraordinária do preço, etc.

§6º. Faculta-se a juntada à proposta de preços de orçamentos de fornecedores, com a intenção de se comprovar aumento de preços em eventual solicitação de revisão.

§7º. Nos casos em que restem dúvidas quanto à comprovação do desequilíbrio por parte da Detentora da Ata, a Administração Pública poderá solicitar documentação complementar, além da constante no §5º.

§8º. A fundamentação da concessão de reequilíbrio em favor do particular levará em conta:

- I. A alteração de fato que torne mais onerosa a relação existente entre o conjunto dos encargos impostos ao particular e a remuneração correspondente por ocasião do ajuste;
- II. A superveniência de fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda a ocorrência de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe;
- III. A configuração de álea econômica extraordinária e extracontratual;
- IV. O cumprimento das exigências previstas no Edital da Licitação ou Ata de Registro de Preços.

§9º. Sendo procedente o requerimento da empresa, o equilíbrio econômico financeiro será concedido a partir da data do protocolo do pedido.

- I. A detentora da Ata de Registro de Preços deverá cumprir com a entrega de todos os produtos empenhados anteriormente a data do protocolo do pedido de realinhamento.
- II. A detentora da Ata não poderá interromper o fornecimento durante o período de tramitação do processo de revisão dos preços.

§10º. Sem prejuízo de outras hipóteses fundamentadas, será indeferido o requerimento de reequilíbrio econômico-financeiro quando a Administração constate:

- I. Ausência de elevação dos encargos do particular;
- II. Ocorrência do evento que se pretende fundamentar o pedido antes do aceite da proposta;
- III. Ausência de vínculo de causalidade entre o evento ocorrido e a majoração dos encargos da detentora da Ata;
- IV. Culpa da detentora da Ata pela majoração dos seus encargos, incluindo-se a desídia na previsão da ocorrência do evento que se pretende fundamentar o pedido.

§11º. Na situação do parágrafo acima, a Detentora continuará obrigada a cumprir os compromissos pelo valor registrado na Ata de Registro de Preços, sob pena de cancelamento do registro do preço do fornecedor e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei, no Edital e nesta ata de registro de preços.



§12º. Em qualquer hipótese os preços decorrentes de revisão não ultrapassarão os praticados no mercado, mantendo-se a relação entre o valor originalmente registrado.

§13º. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o município poderá:

I - liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade, se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

II - convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação, observada a classificação original.

§14º. Não havendo êxito nas negociações, o município deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

§15º. Os aditamentos efetuados na ata de registro de preço serão igualmente publicados no Diário Oficial do Município.

§16º. O município realizará periodicamente pesquisa de mercado para comprovação da vantajosidade.

(NO CASO DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATO)

§17º. Do Reajuste

I. Os valores pactuados nesta contratação poderão ser reajustados, para mais ou menos, de acordo com a variação no IPCA, ou pelo índice que venha a substituí-lo.

II. A periodicidade do reajustamento será anual, a contar da data limite para apresentação da proposta, nos termos fixados no art. 92, §4º, da Lei 14.133/2021.

III. O reajustamento deverá ser concedido pelo órgão gerenciador independente de requerimento da CONTRATADA, em até 60 dias contados da data base, devendo ser registrado mediante simples apostilamento contratual nos autos do processo de gestão e fiscalização do contrato.

IV. No caso da concessão automática do reajustamento indicado no parágrafo anterior, deverá a CONTRATADA ser notificada previamente em relação ao índice a ser aplicado, podendo contraditar justificadamente no prazo de até 5 dias úteis.

V. O direito ao reajuste contratual poderá ser denegado totalmente, ou negociado em relação a seu quantum, por acordo entre as partes, sendo devidamente registrado no respectivo apostilamento contratual.

VI. A regra de reajuste prevista poderá ser objeto de alteração, inclusive quanto ao índice e metodologia, por acordo entre as partes, desde que não represente desequilíbrio econômico-financeiro injusto ao erário.

CLÁUSULA OITAVA– PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA

§1º. Detentora da Ata de RP fica obrigada a entregar os objetos, quando solicitado através de Nota de



Departamento de Licitação

Empenho - NE, nas condições estabelecidas nesta Ata de RP no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, contadas do recebimento da respectiva Nota;

§2º. O envio da Nota de Empenho à registrada poderá ser efetivado via e-mail ou qualquer outro meio de comunicação;

§3º. Os produtos serão entregues de forma fracionada, de acordo com as quantidades estipuladas nos empenhos de cada secretaria solicitante;

§4º. Em caso de dúvida sobre a autenticidade e/ou qualidade do objeto, a empresa registrada se compromete a arcar com os custos dos objetos, recolhendo e substituindo o material em desacordo com edital;

§5º. Os produtos deverão ser entregues acondicionados adequadamente, de forma a permitir completa segurança durante o transporte;

§6º. A empresa registrada será advertida, por escrito no caso de ocorrência de pequenas irregularidades, como por exemplo, reincidência no atraso sem justa causa, produtos fora das características de identidade, que geram devolução e a não reposição em tempo hábil para aplicação dentro do planejamento;

§7º. Local de ENTREGA:

I. Secretaria de Educação: A entrega dos itens quando solicitada, deverá ser entregues na Secretaria Municipal de Educação, localizada na Rua Capitão João Alves David, Nº15, Centro – Prudentópolis – PR, CEP: 84400-000, no período das 08:00 às 12:00 horas e das 13:00 às 17:00 horas de segunda a sexta-feira.

II. Das demais secretarias a entrega dos objetos deverá ser na Central de Recebimento da Contratante, situada à Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 923, esquina com a Rua Dr. Ozório Guimarães - Centro, no Município de Prudentópolis – PR, no horário de expediente compreendido entre 08h00 às 12h00 e entre 13h00 às 17h00 horas de segunda a sexta-feira.

III. É de responsabilidade da Contratada acompanhar quanto ao calendário de feriados do Município de Prudentópolis, para fins de entrega do objeto.

§8º. A empresa registrada deverá garantir integridade dos produtos por 03 (três) meses a partir da data de entrega;

§9º. Produtos com embalagens apresentando defeitos de impressão e vedação (com impossibilidade de visualização no ato da entrega devido à embalagem secundária ou terciária) deverão ser substituídas em prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.



CLÁUSULA OITAVA – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

§1º. O pagamento do presente contrato será efetuado em até 30 (Trinta) dias, após a execução dos serviços/entrega do objeto, mediante apresentação da nota fiscal, devidamente acompanhada pelas certidões negativas de débitos junto ao FGTS, Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e CNDT.

I. Ocorrendo atraso no pagamento, em relação ao prazo previsto no §1º desde que este não decorra de ato ou fato atribuível à contratada, aplicar-se-á o índice do IPCA pro *rata diem*, a título de compensação financeira que será o produto resultante do mesmo índice do dia anterior ao pagamento, multiplicado pelo número de dias de atraso do mês correspondente, repetindo-se a operação a cada mês de atraso.

II. Por eventuais atrasos injustificados no pagamento devido à contratada, esta fará jus a juros moratórios de 0,01667% ao dia, alcançando-se 6% ao ano.

§2º. O pagamento será feito após a liquidação da Nota Fiscal discriminada de acordo com o objeto da Ata de RP e Requisição de Empenho, contendo documentação de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista.

I. O tipo de Nota Fiscal a ser emitida deverá ser compatível com o objeto da Ata de RP.

II. Caso se verifique erro na emissão da fatura, a mesma deverá ser cancelada, corrigida ou substituída, conforme o caso.

§3º. A empresa Registrada suportará o ônus decorrente do atraso, caso a nota fiscal/fatura contenha vícios ou incorreções que impossibilitem o pagamento no prazo estipulado na Ata de RP.

I.A Nota Fiscal deverá obrigatoriamente ser emitida em nome da:

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRUDENTÓPOLIS

CNPJ nº 77003424/0001-34

Rua Conselheiro Rui Barbosa, nº 801 – Centro

PRUDENTÓPOLIS – PR

CEP: 84.400.000

§4º. Os pagamentos serão efetuados somente após a fiscalização e aceite do fiscal da Ata de RP.

I)A fiscalização deverá basear-se no objeto entregue e será feita pelo fiscal da Ata de RP.

§5º. O pagamento poderá ser susado, no todo ou em parte, nos caso de:

- a) execução em desacordo com o avençado;
- b) existência de débito de qualquer natureza com o órgão gerenciador da Ata de RP;
- c) não ter havido manutenção de todas as condições de qualificação exigidas para a contratação.

§6º. A proponente registrada deverá apresentar nota fiscal do objeto e na mesma deverá constar a modalidade da licitação com o respectivo número e o nº da Ata de RP (**Pregão Eletrônico 000/2024 e Ata de Registro de Preços nº xxx/xxxx**).



§7º. Na nota fiscal deverá constar o ATESTO do encarregado responsável pelo recebimento do objeto, inclusive conter seu nome legível para fins de registro na liquidação da despesa.

I. Em caso de não constar esses dados, a nota não será Liquidada.

§8º. Serão retidos os tributos, de acordo com o tipo de serviço realizado, observando as legislações pertinentes.

I. Os tributos a serem retidos pelo Órgão Gerenciador da Ata de RP:

a) Contribuição Social Previdenciária (INSS), conforme o caso, observada a legislação vigente, bem como a [Instrução Normativa RFB nº 2110/2022](#).

b) Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISS), conforme o caso, observada a Lei Municipal nº 1385/2003 e suas alterações.

c) Imposto de Renda (IR), conforme o caso, observada a legislação vigente, conforme Decreto Municipal nº 469/2023, de 28 de agosto de 2023.

II. O órgão gerenciador da Ata de RP deverá fazer o destaque das retenções na Nota Fiscal, bem como a base de cálculo e as alíquotas para cada um dos tributos incidentes, conforme previsto em lei.

§9º. Os pagamentos aos fornecedores de bens, materiais e serviços para a Prefeitura Municipal de Prudentópolis, serão efetuados unicamente por meios eletrônicos ofertados pelo sistema bancário na forma de créditos, ordem bancária, transferência eletrônica ou por outros serviços da mesma natureza, disponibilizados pelas instituições financeiras, sendo vedada a utilização de cheques, conforme artigo 45 da Instrução Normativa nº 58/2011 do TCE/Pr. **Sendo obrigação da registrada informar ao Departamento de Tesouraria a conta bancária para pagamento.**

CLÁUSULA NONA – DA INDICAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS

§1º. Os recursos financeiros para o cumprimento do presente registro de preços ficarão por conta das dotações orçamentárias, conforme a seguir.

ANEXO IV	
Dotação	Fonte
XXXXXXXXX	XXXXX
XXXXXXXXX	XXXXXXXXX

§2º. As dotações orçamentárias dos exercícios seguintes deverão ser registradas mediante apostilamento ao presente contrato, nos termos fixados no art. 136, inc. IV, Lei 14.133/2021.



CLÁUSULA DÉCIMA - DIREITO DAS PARTES

Constituem direitos do ÓRGÃO GERENCIADOR DA ATA DE RP receber o objeto desta ata e exigir o cumprimento do mesmo nas condições avençadas, e da REGISTRADA perceber o valor ajustado na forma e prazo convencionado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

§1º: Constituem obrigações do Município (Gerenciador da Ata de RP):

- I. Exigir da Detentora da ARP o fiel cumprimento do Edital e ARP;
- II. Prestar as informações e esclarecimentos necessários à Detentora da ARP para que esta possa fornecer o serviço dentro do prazo e normas estabelecidos na ARP;
- III. Atestar o recebimento do objeto, notificando a Detentora da ARP quando verificado algum problema;
- IV. Solicitar a substituição do objeto que esteja em desacordo com a especificação ou apresentar defeito no todo ou em parte;
- V. Efetuar o pagamento na forma e prazo estabelecido na ARP.

§2º: Constituem obrigações da detentora da ata:

- I. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, no prazo indicado pela Contratante, em estrita observância das especificações da Ata de Registro de Preços e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal eletrônica constando detalhadamente as indicações do produto, fabricante, tipo, procedência e prazo de garantia;
- II. Manter durante toda a execução da Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de Habilitação e Qualificação exigidas no processo licitatório;
- III. Assegurar à Prefeitura de Prudentópolis o direito de fiscalizar, sustar, recusar, mandar desfazer ou refazer qualquer fornecimento que não esteja de acordo com as normas ou especificações técnicas, hipótese em que as despesas decorrentes ficarão a cargo da Detentora da ARP, certo que, em nenhuma hipótese, a falta de fiscalização da Prefeitura de Prudentópolis eximirá a Detentora da ARP de suas responsabilidades provenientes;
- IV. Cumprir e fazer cumprir todos os prazos e condições estabelecidos neste Instrumento, no Edital e demais anexos, sujeitando-se, inclusive, às penalidades decorrentes do descumprimento de quaisquer de suas cláusulas;
- V. Responsabilizar-se por todo e qualquer dano causado à Prefeitura de Prudentópolis e/ou a terceiros,



resultante do fornecimento de objeto de baixa qualidade ou incompatível com as especificações exigidas para seu uso;

VI. A Detentora da ARP não poderá, em nenhuma hipótese, fornecer o objeto para a Prefeitura de Prudentópolis sem prévia emissão da correspondente Requisição de Empenho;

VII. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, as obrigações assumidas na Ata de Registro de Preços, salvo com expressa do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

§1º. A empresa registrada será responsabilizada administrativamente pelas seguintes infrações:

I - dar causa à inexecução parcial da Ata de RP;

II - dar causa à inexecução parcial da Ata de RP que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - dar causa à inexecução total da Ata de RP;

IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução da Ata de RP;

IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução da Ata de RP;

X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

§2º. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no §1º as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

§3º. Na aplicação das sanções serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;



II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

§4º. A sanção prevista no §2º inciso I, será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do §1º, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

§5º. No caso de inexecução parcial injustificada:

I. No caso de atraso injustificado na execução do objeto, será aplicada multa de 0,5% (cinco décimos por cento) da parte inadimplida, por dia de atraso na execução do objeto, de acordo com o prazo previsto nesta ata, até o limite de 10 (dez) dias, a partir do quando será considerada inexecução parcial do objeto;

II. Será configurada a inexecução parcial do objeto, quando injustificadamente, a registrada deixar de executar algum serviço solicitado, não sendo este considerado a totalidade da Ata de RP;

III. No caso de inexecução parcial do objeto, será aplicada multa de até 5% (cinco por cento) do valor total da Ata de RP;

IV. No caso de inexecução parcial da Ata de RP que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, conforme §8º.

§6º. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

I. Injustificadamente, a contratada não executar nenhum dos serviços solicitados, na totalidade da Ata de RP e durante sua vigência;

II. O atraso injustificado na entrega dos serviços solicitados (integralmente), previsto no item anterior (multa por atraso injustificado) ultrapassar o prazo máximo de 15 (quinze) dias.

III. No caso de inexecução total, será aplicada multa de até 10% (dez por cento) do valor total da Ata de RP;

IV. No caso de inexecução parcial da Ata de RP que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, conforme §8º.

§7º. A sanção prevista no inciso II do §2º, calculada na forma do edital ou da Ata de RP, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor da Ata de RP e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no §1º.

§8º. A sanção prevista no inciso III do §2º será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do §1º, quando não se justificar a imposição de penalidade mais



grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

§9º. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do §2º poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II.

§10º. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, para pagamento da diferença será emitido guia ou será cobrada judicialmente.

§11º. A aplicação das sanções previstas no caput deste artigo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

§12º. Na aplicação da sanção prevista no inciso II do §2º, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

§13º. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do §2º requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

§14º. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

- I. reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- II. pagamento da multa;
- III. transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- IV. cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- V. análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.
- VI. A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII e XII do §1º exigirá como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

§15º. Poderá ser utilizada como base para aplicação de penalidades a Instrução Normativa nº 001/2017 da Secretaria Geral de Administração da União, publicada no Diário Oficial da União no dia 16 de outubro de



2017, página 198

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA EXTINÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

§1º. A inexecução total ou parcial da Ata de RP ensejará sua extinção, com as consequências contratuais, de acordo com o disposto no art. 138 da Lei nº 14.133/21 e possíveis alterações posteriores, são motivos para extinção da Ata de RP:

- I - O não cumprimento de cláusulas, especificações, projetos ou prazos.
- II - O cumprimento irregular de cláusulas, especificações, projetos e prazos.
- III - A lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da entrega dos serviços ou objetos, nos prazos estipulados.
- IV - O atraso injustificado na prestação dos serviços ou entrega do objeto.
- V - O não cumprimento dos prazos, sem justa causa e prévia comunicação ao órgão gerenciador da Ata de RP.
- VI - A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação da Registrada com outrem, a cessão ou transferência total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação não admitidas nesta Ata de RP.
- VII - O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores.
- VIII - O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1º do art. 117, da Lei nº 14.133/21.
- IX - Fraude ou execução incorreta do objeto desta Ata de RP sem justa causa;
- X - A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil.
- XI - A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução da Ata de RP.
- XII - Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a Contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere a Ata de RP.

§2º. A Extinção desta Ata de RP poderá ser:

- I - Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- II - Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
- III - Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.



IV - A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA FISCALIZAÇÃO E DA GESTÃO DA ATA DE RP

§1º. A fiscalização do contrato ficará a cargo:

- Central da Educação: Sra. Carolina Woichik Fenke e a Sra. Tatiane Iwanciw.
- Central Recebimento de Prudentópolis: Comissão de Recebimento conforme o Decreto 594/2023 de 07 de novembro de 2023.

Os quais terão entre outras, as seguintes atribuições:

- I. Ler minuciosamente a Ata de Registro de Preços, conhecer o objeto, bem como sobre todas as ocorrências relacionadas à sua execução;
- II. Zelar para que o objeto seja fielmente executado conforme o ajustado em ARP;
- III. Anotar em documento próprio as ocorrências;
- IV. Determinar a correção de falhas ou defeitos;
- V. Aplicar à Detentora da Ata as sanções administrativas de sua competência;
- VI. Encaminhar à autoridade superior as providências cuja aplicação ultrapasse o seu nível de competência, etc.

§2º. A gestão do(s) contrato(s) ficará a cargo das Pastas solicitantes;

§3º. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da REGISTRADA, pelos danos causados ao ÓRGÃO GERENCIADOR DA ATA DE RP ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados.

§4º. A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização do ÓRGÃO GERENCIADOR DA ATA DE RP, não elide nem diminui a responsabilidade da REGISTRADA quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes, responsabilizando esta quanto a quaisquer irregularidades resultantes de imperfeições técnicas, emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, que não implicarão corresponsabilidade do ÓRGÃO GERENCIADOR DA ATA DE RP ou do servidor designado para a fiscalização.

§5º. Ocorrendo a não aceitação do bem, por qualquer motivo, o ÓRGÃO GERENCIADOR DA ATA DE RP notificará a REGISTRADA para, no prazo estipulado na notificação, proceder à regularização.

§6º. Ao ÓRGÃO GERENCIADOR DA ATA DE RP não caberá qualquer ônus pela rejeição do objeto



considerados inadequados.

§7º. As comunicações entre ÓRGÃO GERENCIADOR DA ATA DE RP e REGISTRADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

§8º. Ficam os Fiscais e os Gestores das ATAS cientes da publicação das mesmas após as devidas assinaturas e também da responsabilidade em acessar as devidas cópias que serão disponibilizadas no site oficial do município pela divisão de contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS

§1º. Os casos omissos serão decididos pelo órgão gerenciador da Ata de RP, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - PUBLICAÇÃO

§1º. Incumbirá ao órgão gerenciador da Ata de RP divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - COMBATE A FRAUDE E CORRUPÇÃO

§1º Adota-se nesta licitação e na Ata de RP, a presente Cláusula Especial de Combate a Fraude e Corrupção, com o mais alto padrão de ética durante todo o processo de contratação, definindo-se as seguintes práticas:

- a) PRÁTICA CORRUPTA:** Oferecer, dar, receber, ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução Ata de RP;
- b) PRÁTICA FRAUDULENTA:** Falsificação ou omissão dos fatos, com objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução da Ata de RP;
- c) PRÁTICA COLUSIVA:** Esquematizar ou estabelecer alguma espécie de acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais, não competitivos ou inexeqüíveis;
- d) PRÁTICA COERCITIVA:** Causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou à propriedade, visando influenciar sua participação em processo licitatório ou afetar a execução da Ata de RP;



e) PRÁTICA OBSTRUTIVA: (i) Destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do licitador, dos agentes fiscalizadores dos concedentes em caso de convênios, ou do organismo financeiro multilateral, com o objetivo multilateral a apuração de alegações de prática prevista na Ordem de Serviço nº. 001-2015, de 16/05/2015; (ii). Atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito do licitador, dos agentes fiscalizadores dos concedentes em caso de convênios e do organismo financeiro multilateral promover inspeção.

§2º Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

§3º Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução da Ata de RP e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução da Ata de RP.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

§1º. Garantir o cumprimento da Lei Federal 13.709 de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados (a "LGPD"), de acordo com, mas não limitado à, os seguintes critérios:

- I. não realizar qualquer tratamento de Informações Pessoais, entendidas como informações relacionadas à pessoa natural identificada ou identificável vinculadas ao Contrato, sem enquadramento em uma das bases legais para processamento de dados pessoais;
- II. adotar medidas técnicas e organizacionais adequadas para garantir a segurança das Informações Pessoais;
- III. realizar tratamento de Informações Pessoais com o propósito de cumprir as suas obrigações contratuais;
- IV. não permitir ou facilitar o tratamento de Informações Pessoais por terceiros para qualquer finalidade que não seja a de cumprir as obrigações contratuais.

§2º. A registrada fica ciente de que dados e documentação referente a presente contratação estarão disponíveis para acesso do público em geral, conforme cláusula décima sexta e lei nº 12.527, de 18 de



novembro de 2011.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

§1º. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei nº 14133/21 e alterações .

§2º. Reserva-se ao Município o direito de recusar objeto entregue em desacordo com o solicitado, que estejam fora dos padrões de qualidade, devendo a Registrada realizar as devidas correções sem ônus adicionais ao erário;

§3º. Reserva-se ao órgão gerenciador da Ata de RP o direito de não utilizar os itens na sua integralidade, tendo em vista que trata-se de Registro de Preços.

§4º. A detentora da Ata deverá comunicar ao Município toda e qualquer alteração nos dados cadastrais para fins de atualização cadastral.

§5º. O órgão gerenciador da Ata de RP enviará o resumo desta Ata de Registro de Preço à publicação no Diário Oficial do Município de Prudentópolis, sem prejuízo de disponibilização da íntegra no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca da Cidade de Prudentópolis- PR, para dirimir dúvidas e os casos omissos, que porventura surgirem.

E por estarem as partes de acordo, assinam a presente Ata de Registro de Preços em duas vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas, se obrigando ao cumprimento de todas as cláusulas inseridas neste instrumento contratual, ressalvados os interesses do órgão gerenciador Município de Prudentópolis- Paraná.

Prudentópolis, ____ de _____ de 2024.

Município de Prudentópolis
Osnei Stadler
Órgão Gerenciador

Detentora da Ata de RP

Testemunhas:



Departamento de Licitação

1) _____

2) _____

Nome:

Nome: